



ENTREVISTA

Marlos Augusto Melek, juiz federal do Trabalho no Paraná, defende uma medida radical: rasgar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e substituí-la por um código "pequeno, enxuto, simples, sem complexidade", mas que preserve direitos dos trabalhadores e reconheça a prevalência do negociado sobre o legislado

SENAI GOIÁS

SOLUÇÕES PARA
REDUZIR RESÍDUOS
E GANHAR TEMPO
NA CONSTRUÇÃO

CRESCIMENTO

INDÚSTRIA GOIANA
LEVA A TEMER
DEMANDAS E
SUGESTÕES PARA
O PAÍS CRESCER

Goiás Industrial



ANO 64 / Nº 272 / OUTUBRO 2016

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS



MINERAÇÃO

O mesmo código, PORÉM MAIS SIMPLES

INDÚSTRIA DE BENS MINERAIS DEFENDE MUDANÇAS "PONTUAIS" NO ATUAL CÓDIGO DE MINERAÇÃO, COM MAIS FLEXIBILIDADE EM LICENCIAMENTOS, INCLUSIVE NA ÁREA AMBIENTAL, E MAIOR ABERTURA PARA CAPITAL ESTRANGEIRO



A Fieg e o Sesi estão juntos no combate ao câncer de mama e do colo de útero. Faça o autoexame e proteja sua saúde.



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 272 / OUTUBRO 2016

CARREIRAS

15 / Fórum IEL debate o futuro dos jovens e abre oportunidades para inserção no mercado de trabalho

INOVAÇÃO

19 / Senai ajuda construção a reduzir perdas e entulhos com soluções tecnológicas

COMPETITIVIDADE

32 / Produção enxuta eleva produtividade de pequenas e médias empresas

BASE FLORESTAL

35 / Silvicultura pode ser solução para geração de energia mais limpa

MEMÓRIA

38 / Sabor Alimentos Brasil recoloca marca Café Kremon no mercado

PROCOMPI

39 / Móveis Pimentel estuda ampliar sua planta em novo endereço



HOMENAGEM

40 / Pioneiro da indústria e referência na educação, Professor Hélio Neves festeja 90 anos

GENTE DA INDÚSTRIA

41 / Novos produtos no mercado, investimentos e ações estratégicas

GIRO PELOS SINDICATOS

45 / Promoções, debates e ações em defesa das indústrias

Wlles Barbosa



■ **Planta de cobre da Mineração Maracá em Alto Horizonte, Norte goiano**

O mesmo código, PORÉM MAIS SIMPLES

CAPA // MINERAÇÃO BUSCA A RETOMADA

22 / O setor mineral discute caminhos e alternativas para retomar o crescimento, interrompido pela combinação de uma série de fatores: crise na economia doméstica, indefinição em relação ao novo marco regulatório do setor e desaceleração observada na economia global, especialmente na China, o que determinou a queda vertical nos preços internacionais das commodities minerais. No debate sobre O Novo Ciclo da Mineração Brasileira, promovido em setembro pela Câmara Setorial de Mineração (Casmin) da Fieg, as propostas do Ministério de Minas e Energia, agora sob nova gestão, e dos empresários convergem para uma revisão do Código da Mineração em vigor desde 1967, com simplificação de procedimentos e ritos inclusive na área ambiental.

Oportunamente, edital da Finep e do BNDES, apresentado na Casa da Indústria, vai injetar R\$ 1,18 bilhão em projetos de inovação no setor mineral.

OPINIÃO // IMPEACHMENT

5/6 / No artigo **O recomeço depois do impeachment**, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, analisa as perspectivas para Goiás e para o País após o traumático processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff, considerando positivo o cenário delineado a partir do anúncio do programa Crescer, que prevê a concessão ou venda de 34 projetos nos setores de infraestrutura e mineração.

A dificuldade, no entanto, tem nome: no artigo **A falta que faz a legitimidade**, a jornalista especialista em política Cileide Alves faz contraponto e indaga se o governo e o Congresso darão conta da hercúlea missão da transição para um novo sistema político.



ENTREVISTA

8 / Juiz há 12 anos e atualmente lotado na Justiça Federal do Trabalho do Paraná, Marlos Augusto Melek propõe, em entrevista à **Goiás Industrial**, a substituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por um código "pequeno, enxuto, simples, que preserve os direitos do trabalhador" e reconheça a prevalência do negociado sobre o legislado. Consciente das reações que provocará, ele defende "rasgar a CLT".



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira
Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro
Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de
Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor: Carlos Alberto de Paula Moura Jr.
Superintendente: Dayana
Costa Freitas Brito

Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Araújo Moura
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo José de Farias
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Enoque Pimentel do Nascimento
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Hélio Naves
Heitor de Oliveira Nato Neto
Heribaldo Egídio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romualdo Maranhão
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Orizomar Araújo de Siqueira
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Paulo Sérgio de Carvalho Castro
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga
Sandro Antônio Scodro Mabel

Sílvio Inácio da Silva
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

**Conselho Temático de Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação**
Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente
Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura
Presidente: Célio Eustáquio de Moura

**Conselho Temático de
Relações do Trabalho**
Presidente: Olympio José Abrão

**Conselho Temático de Micro
e Pequena Empresa**
Presidente: Jaime Canedo

**Conselho Temático de
Responsabilidade Social**
Presidente:
Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios
Presidente:
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

**Conselho Temático de Comércio
Exterior e Negócios Internacionais**
Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem
Presidente: Leandro Almeida

**Conselho Temático de
Desenvolvimento Urbano**
Presidente: Ilézio Inácio Ferreira

Câmara Setorial de Mineração
Presidente: Wilson Borges

**Câmara Setorial da Indústria
da Construção**
Presidente: Sarkis Nabi Curi

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente:
Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente:
Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário:
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egídio

1º Diretor Financeiro:
André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

EXPEDIENTE

Goiás Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção
José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Geraldo Neto

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Lima, Célia Oliveira,
Daniela Ribeiro, Nathalya Toalieri e

Janaina Staciari e Corrêa

Colaboração
Wellington da Silva Vieira
Adriana Moreno

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

**Capa, ilustrações,
diagramação e produção**
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfica e Comunicação

Impressão
Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1720

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975
Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

**As opiniões contidas em artigos assinados
são de responsabilidade de seus autores e não
refletem necessariamente a opinião da revista**



O recomeço depois do impeachment

Menos de duas semanas depois de o Senado aprovar o impeachment de Dilma Rousseff e no dia seguinte à cassação do mandato de Eduardo Cunha pela Câmara dos Deputados, encerrando assim o complexo processo de transição para o novo governo, o presidente Michel Temer anunciou o programa Crescer, abrangendo a concessão ou a venda de 34 projetos nas áreas de energia, aeroportos, rodovias, portos, ferrovias e mineração, com previsão de leilões para 2017 e 2018. Também batizado de Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o pacote foca a ampliação de investimentos para reaquecer a economia, em recessão, e estimular a criação de empregos.

Enfim, uma agenda positiva, ansiosamente aguardada pela sociedade, particularmente pelo setor produtivo, desde o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, nos idos de maio, pelo Senado. A meta do governo é arrecadar R\$ 24 bilhões com concessões apenas em 2017.

É o Brasil que retoma o rumo para sair da crise. E no contexto pós-mudança de governo, em meio ainda a manifestações no País e desconfiança externa, isso inclui a participação do presidente Michel Temer na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em sua agenda bilateral com outros chefes de Estado.

Coincidentemente, no mesmo dia em que o PPI foi anunciado, numa demonstração de prestígio, o presidente Michel Temer recebeu-nos, representando a Fieg, no Palácio do Planalto, ao lado de outros líderes da indústria goiana – Paulo Afonso Ferreira, Wilson de Oliveira, Antônio Almeida, Heribaldo Egídio, Célio Eustáquio de Moura e Otávio Lage. Um encontro histórico para todos nós, que tivemos oportunidade de tratar das demandas relacionadas ao setor produtivo e ver parte delas contemplada no pacote (*leia matéria nesta edição da **Goiás Industrial***), além de hipotecar apoio ao governo em medidas capitais anteriormente anunciadas, a exemplo da limitação do

“Um dos Estados de economia mais dinâmica do País, Goiás tem muito a contribuir para o êxito da gestão Michel Temer, o que resultará no bem para o Brasil.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, presidente da Fieg e do Conselho Deliberativo do Sebrae-Go

crescimento dos gastos públicos, simplificação do sistema tributário, modernização da legislação trabalhista e redução do alto grau de burocracia.

No caso de nossa luta contra as altas taxas de juros, igualmente levada à mesa do presidente da República, argumentos não faltam para tão nobre causa, afinal enquanto assistimos, no País, 130 mil empresas fecharem as portas e 12 milhões de trabalhadores engrossar as estatísticas de desemprego, os bancos auferiram lucros superiores a 63 bilhões de reais em 2015. As taxas de juros são uma esponja que retira dinheiro do mercado e recursos das empresas, trabalhadores e do próprio governo.

Um dos Estados de economia mais dinâmica do País, Goiás tem muito a contribuir para o êxito da gestão Michel Temer, o que resultará no bem para o Brasil. No primeiro semestre de 2016 gerou 16.614 novas vagas de trabalho formal, enquanto o Brasil fechou, no mesmo período, 531.765 postos de trabalho. Nos últimos 12 meses, a produção física da indústria nacional, segundo o IBGE, caiu 9,8%, enquanto em Goiás a perda foi bem menor, de -3,4%.

O comando é do governo para recolocar o Brasil nos trilhos, mas é também responsabilidade de cada brasileiro, dentro de seus limites, dar sua contribuição para que isso ocorra. ■



A falta que faz a legitimidade

“O presidente Temer e este Congresso darão conta da hercúlea missão de organizar a transição para um novo sistema político?”

CILEIDE ALVES, jornalista, especialista em política, e mestre em História pela UFG

No momento em que escrevia este artigo, especialmente para a **Goiás Industrial**, estrategistas do Palácio do Planalto comemoravam a repercussão positiva do aparecimento da primeira-dama, Marcela Temer, no lançamento, em 5 de outubro, de um programa chamado Criança Feliz. A impopularidade do presidente Michel Temer está nas alturas. Segundo pesquisa CNI/Ibope, divulgada no dia anterior, apenas 14% da população acha o governo bom ou ótimo, contra 39% de reprovação.

A presença da jovem primeira-dama, de 33 anos, poderia “trazer frescor a um governo sisudo, masculino e repleto de cabeças brancas”, na definição da Folha de S.Paulo (06/07/16). No mesmo dia em que comemorava o “frescor” de Marcela, Temer enfrentou uma crise com a Câmara dos Deputados.

O presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), da base governista, se irritou ao saber que o líder do governo, André Moura (PSC/SE), havia dito que não seria mantido acordo com os deputados para deixar de votar pontos do projeto de lei de repatriação de recursos enviados ao exterior que não eram consenso na Casa. “Não trate a gente como palhaço”, reagiu Maia.

Esses dois fatos aparentemente menores ilustram as duas maiores barreiras enfrentadas por Michel Temer. Há um descompromisso da população com a nova gestão em função da óbvia falta de legitimidade política, conferida a um governo pelas urnas. A crise econômica também tira as esperanças em melhorias a curto prazo e, por fim, a imagem de um “governo vintage”, segundo definição do cientista político Pedro Célio Alves Borges, compõe um cenário de pessimismo revelado pela pesquisa.

Apesar de ter maioria no Congresso, a relação do governo e sua base é conflituosa. O mau humor de Maia não foi um caso

pontual nem terminou com seu pedido formal de desculpas poucas horas depois. Tudo decorre da relação de dependência profunda de Temer de seus aliados, haja vista que o pedido de desculpas de Rodrigo Maia só aconteceu depois de o governo desistir de recuar do acordo que havia feito com os parlamentares sobre mudanças na lei da repatriação e desautorizar seu próprio líder.

O governo não tem um plano de ação coletiva, ou seja, que se constrói em uma espécie de consenso entre os partidos de apoio e a sociedade. Temer deve seu mandato à derrocada da presidente Dilma e, especialmente, aos acordos com parlamentares para aprovação do impeachment. Por isso, cada ministro faz o que quer e diz o que acredita, pois toca seu ministério como se fosse uma capitania hereditária, herdada em função do apoio de seu partido ao impeachment. Não por outro motivo, o presidente da República já desautorizou seus ministros por várias vezes e os fez recuar de decisões já anunciadas.

A missão de Temer é recuperar o País da profunda recessão construída no segundo mandato de Dilma Rousseff e ele apostou todos seus recursos políticos em uma única ficha, a redução dos gastos por meio da emenda constitucional que estabelece a inflação como teto para aumento dos mesmos. O presidente também promete fazer reformas polêmicas, como a da Previdência e a trabalhista, mesmo ao custo de perder o resto de popularidade que ainda tem.

Entretanto, o tempo passa e nesse momento o projeto de redução das despesas é a única ação concreta do governo. Em função disso, a sociedade olha para o governo com desconfiança, pois não enxerga perspectiva para o fim da crise econômica e o Congresso aproveita dessa fragilidade para se manter ativo e cobrar uma fatura alta.

O governo de Temer deve encerrar um ciclo que começou em 1979 e deveria ter terminado em 2013, com as gigantescas manifestações populares, diz o filósofo Marcos Nobre. É necessário um período de transição para uma outra maneira de organizar o sistema político até 2018. O momento agora é de decidir “o que fazer com as instituições e como rearranjá-las para que possam efetivamente funcionar segundo as necessidades de um momento pós-redemocratização”, diz Nobre. Concordando com essa análise, cabe a seguinte pergunta: o presidente Temer e este Congresso darão conta da hercúlea missão de organizar a transição para um novo sistema político? ■

Indústria goiana leva demandas a Temer

Privatização da Ferrovia Norte-Sul e duplicação de BRs, duas das principais demandas, foram contempladas em pacote anunciado pelo governo federal no mesmo dia de encontro com empresários goianos no Planalto. Fieg pede ainda pressa na privatização da Celg, manutenção de incentivos fiscais e redução dos juros

Dehovan Lima

Miguel Ângelo/CNI

■ Pedro Alves conversa com o presidente Michel Temer, durante encontro no Palácio do Planalto, onde o grupo de empresários goianos foi recebido



Em concorrida audiência no Palácio do Planalto, dia 13 de setembro, a Diretoria da Fieg entregou ao presidente Michel Temer documento contendo sugestões e reivindicações estratégicas para o Estado e para a Região Centro-Oeste, abrangendo áreas como logística, geração e distribuição de energia, aumento de recursos do FCO, incentivos fiscais, política de juros, saneamento básico e educação profissional.

Entre as demandas da área de logística, a privatização da Ferrovia Norte-Sul e a duplicação das BRs 153, 060 e 452 foram incluídas no programa Crescer, pacote de

privatizações e concessões anunciado pelo governo federal no mesmo dia do encontro com empresários goianos, liderados pelo presidente da federação, Pedro Alves de Oliveira.

O grupo considerou positiva a conversa com o presidente, que deu sinalização favorável a todas as demandas apresentadas. “A principal preocupação do novo governo está relacionada à geração de empregos. Assim, confiamos que serão retirados os entraves à criação de novas vagas, pois só com trabalhadores empregados é possível reaquecer o mercado e a economia brasileira”, disse Pedro Alves.

CELG E INCENTIVOS FISCAIS, NOVELAS INTERMINÁVEIS

Diante de problema que se arrasta há anos, a agilidade na conclusão da privatização da Celg D é apontada, no documento entregue pela Fieg a Temer, como capaz de resolver um dos um dos principais entraves para o crescimento da produção agrícola e industrial no Estado, ao resgatar a capacidade de investimento.

Na outra quase interminável novela, sobre os incentivos fiscais, a indústria argumenta que sua manutenção é estratégica para o desenvolvimento das diversas regiões do País, evitando a migração da população para o Sul e Sudeste, e pede que eventuais alterações da legislação incluam a convalidação dos contratos em vigor e contemplem a criação de incentivos efetivos para o desenvolvimento industrial dos Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Bandeira que em Goiás une o Fórum Empresarial e entidades de trabalhadores, a redução dos juros integra o conjunto de reivindicações da indústria goiana ao governo federal, sob o argumento de que, em 2015, as taxas atingiram números exorbitantes (mais de 447% a.a no cartão de crédito; 286,27% no cheque especial; 43,88% para empréstimos consignados, a despeito de baixíssimo nível de risco). A taxa Selic mantém-se em 14,25%.

A Fieg pede ainda ao governo federal a ampliação do programa de capacitação de trabalhadores, em parceria com o Sesi e o Senai, dado seu amplo potencial de contribuir para o aumento da qualidade e da produtividade das empresas brasileiras, além de defender a elevação da escolaridade dos trabalhadores da indústria, conciliando o ensino técnico com o ensino médio. ■

RASGUEM A CLT, diz o juiz

Juiz federal do Trabalho do Paraná, autor do livro *Trabalhista! E agora?*, Marlos Augusto Melek defende, entre outras, a reforma das leis trabalhistas, substituindo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor desde 1º de maio de 1943, por um “um código pequeno, enxuto, simples, sem complexidade, que preserve direitos essenciais do trabalhador”, mas também dê segurança jurídica ao empregador e maior liberdade de negociação entre as partes. “Estaria exagerando e seria duramente criticado, mas faço isso de peito aberto, tendo sido empregado, empregador e juiz há 12 anos. Rasgar a CLT, rasgar a CLT”, insistiu Melek, em entrevista à **Goiás Industrial**, ao falar a empresários goianos sobre o assunto, na Casa da Indústria.

Goiás Industrial - Em seu livro (*Trabalhista! E agora?*) o sr. faz referência a “armadilhas” na legislação trabalhista. O que o sr. quer dizer precisamente com isso?

Marlos Augusto Melek - O Brasil tem um ambiente hostil para os negócios. O Estado brasileiro trata com profunda hostilidade o empreendedor. A grande pedra toque do problema que aflige a vida das pessoas, seja do empresário, do trabalhador, dos sindicatos, seja do empreendedor doméstico ou estrangeiro no Brasil, é a insegurança jurídica. A insegurança jurídica não está viva só no Direito do Trabalho. Ela está viva no Direito Tributário, no Direito Administrativo, no Direito do Consumidor, no Direito Civil. Temos vários motivos pelos quais a insegurança jurídica não permite que o empresário consiga, de maneira razoável, se planejar para o médio e o longo prazo no Brasil.

Goiás Industrial - O sr. tem casos para exemplificar essa questão?

Melek - Vou dar alguns exemplos, então. Num ano o Corpo de Bombeiros vai à sua empresa, e isso é Direito Administrativo, e manda pintar seu corrimão de vermelho. Dois anos depois, o mesmo Corpo de Bombeiros manda pintar o mesmo corrimão de

amarelo. Veja o Direito Tributário. Um copo d'água recebe um tipo de tributação para venda. Se você tiver a infeliz ideia de pingar três gotas de limão nesse copo d'água, o Direito Tributário brasileiro vai levar de quatro a cinco anos para dizer para o empreendedor o que é aquele produto sob o ponto de vista do Direito Tributário, se é água, água saborizada, suco ou refrigerante. Detalhe: o imposto de água e o de refrigerante varia até mil por cento.

Goiás Industrial - Isso acontece na área trabalhista?

Melek - Temos exemplos, sim, no Direito do Trabalho. Juízes podem decidir de forma absolutamente diferente casos idênticos. Juízes de primeiro grau no Brasil, de todas as áreas, não apenas da trabalhista, podem decidir contrariando súmulas, que são matérias exaustivamente discutidas, por mais de décadas, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou até do Supremo Tribunal Federal (STF), se não for uma súmula vinculante. Temos poucas súmulas vinculantes. Um juiz de primeiro grau pode contrariar todas as quase mil súmulas. A legislação do trabalho, precipuamente, é dos anos 1940. Muita gente diz: mas ela veio sendo emendada no meio do caminho e tal. Mas a base dela, sua lógica é de 1940. Por mais que ela tenha sido ►

“A CLT É UMA COLCHA DE RETALHOS, COM UMA SÉRIE DE EMENDAS, MAS O CORAÇÃO, A ESSÊNCIA, O ESPÍRITO DA LEI É DA DÉCADA DE 1940”



- A obra de Marlos Augusto Melek, apresentada por ele em Goiânia, mostra, sem "juridiquês, os principais erros das empresas em processos trabalhistas e como evitá-los

emendada, para fazer uma comparação bastante simples, é como quando você tem uma casa que não foi planejada ou uma indústria que não foi planejada e começa a fazer puxadinhos. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é isso. É uma colcha de retalhos, com uma série de emendas, mas o coração, a essência, o espírito da lei é da década de 1940. E não podemos ter uma legislação daquela década tentando regulamentar relações do trabalho do século 21, em pleno ano de 2016, porque até hoje, no artigo 72 da CLT, fala-se sobre datilografia. Pergunte para qualquer garoto de 14, 16 anos se ele sabe o que é datilografia. Os bebês hoje já passam o dedo no smartphone para ver fotos, enquanto a CLT, dada a complexidade do Brasil, do mundo, das relações humanas e de trabalho, trata de datilografia.



“O BRASIL TEM UM AMBIENTE HOSTIL PARA OS NEGÓCIOS. O ESTADO BRASILEIRO TRATA COM PROFUNDA HOSTILIDADE O EMPREENDEDOR”

Goiás Industrial - Quais os efeitos desse aparente distanciamento entre a legislação e realidade?

Melek – Temos uma insegurança jurídica profunda, que hoje, longe de ser oportunidade para os negócios, é uma ameaça à medida em que o administrador, o empreendedor não tem em sua esfera de controle o que pode acontecer na área jurídica, por mais que ele se esforce. Concluo dizendo que, no Direito do Trabalho e na ciência jurídica no Brasil, não só na área trabalhista, há um abismo entre o que seja ciência do Direito e a ciência da Administração. É isso que o meu livro tenta aproximar. A ciência do Direito, que chama a pessoa de empregado, e a ciência da Administração, que chama essa mesma pessoa de colaborador.

Goiás Industrial - Entre os diversos pontos da CLT, o que precisaria ser reformado com maior urgência? Bastaria atualizar a legislação ou será preciso uma reforma mais ampla?

Melek – Precisamos passar por reformas estruturais no Brasil. Seria covardia fazer uma reforma e deixar todas as outras de lado. Nas ruas do País, como exemplo, quantos carros elétricos circulam? Provavelmente nenhum. E moramos num país tropical, insistindo numa energia do petróleo, não renovável, e os resultados dessa escolha estão aí. Temos uma reforma de nossa matriz comercial que nos aguarda. Embora o agronegócio seja fundamental, não podemos continuar vendendo para o mundo basicamente soja e milho. Se continuarmos apenas com o agronegócio, muito embora, insisto, o setor seja fundamental, continuaremos sendo o que sempre fomos. Precisamos vender aeronaves, carros, computadores, smartphones, laptops, materiais

industrializados. Até hoje a gente ainda vende café in natura para o exterior para comprar cápsulas de (café) expresso, que até hoje a gente ainda não faz no Brasil. Temos a reforma da Previdência e tenho debatido com sindicalistas e eles me dizem que não precisa (fazer a reforma). Então, para quem diz que não precisa, é só apontar de onde tirar R\$ 200 bilhões por ano para equalizar a Previdência no Brasil.

Simples assim. Temos a reforma administrativa. Por que numa cidade pequena é preciso ter um fórum para a justiça militar, outro para a justiça eleitoral, outro para a justiça comum estadual, outro para a justiça do trabalho e outro para a justiça federal? Quem paga essa conta não aguenta mais. Por que em uma cidade tenho de ter Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Guarda Nacional se eles não conversam entre si? A reforma da educação, da mesma forma. Por que é que as universidades brasileiras não são realmente financiadas pelo governo federal para fazer pesquisa aplicada? O Brasil fabrica avião, mas não fabricamos parafusos de liga aeronáutica. Com todo o respeito, então, chega de estudar em mestrado, em doutorado a filosofia quântica, porque isso não tem muita aplicação prática na vida das pessoas. Isso não move o País e nem a economia. Precisamos de pesquisas aplicadas na área da tecnologia, na área da saúde, na área da educação.

Goiás Industrial - Onde entra a reforma das leis trabalhistas?

Melek – Dentro de todo esse contexto que mencionei, se fizermos todas as reformas necessárias, a tributária, a reforma da insanidade tributária, a reforma administrativa, da matriz energética, da matriz comercial, a reforma política, que dispensa comentários, a reforma do Poder Judiciário, que infelizmente é ineficaz perante o volume de demandas – hoje todo o Judiciário custa R\$ 70,0 bilhões por ano e conseguimos, a cada 100 processos, excluindo o que é conciliado, resolver apenas 14. Se fosse uma empresa já teria falido há muito tempo. Bem, se fizermos todas essas reformas, que são necessárias para dar um choque de gestão no Brasil, com que argumentos deixaríamos de fora apenas a reforma trabalhista? Vejo com excelentes olhos que o governo está jogando luz sobre esse problema, o governo Temer está com excelente boa vontade, mas infelizmente estão perdendo a oportunidade de colocar o bode verde no meio da sala. Poderia se avançar muito mais.

Goiás Industrial - Em que pontos?

Melek – Estão falando em convenção coletiva prevalecer sobre a legislação que é antiga, anacrônica e ultrapassada. Perfeito. Só que isso já está na Constituição Federal. Então vão fazer o quê? Acender vela? Está expressamente escrito na Constituição Federal que a convenção coletiva se sobrepõe ao legislado e o Judiciário tem de observar isso. Mas um juiz de primeiro grau numa canetada pode anular tudo. Aí você tem a questão de manter, na proposta do governo, o programa de proteção ao emprego, que serve para as grandes empresas e grandes indústrias, quando 60% da geração de emprego no Brasil acontece nas pequenas e médias empresas. Então isso não ajuda em nada. E aqui está mais um problema da legislação, que até a semana passada protegia o empregado. Mas esse empregado faz parte hoje dos 12 milhões de desempregados e passou a ser um pequeno empreendedor, abriu uma pequena oficina, uma pequena panificadora, e passou a ser alvo agora dessa legislação. É isso que precisamos equacionar. E, finalmente, o último tópico da proposta do governo que é regulamentar a terceirização.

Goíás Industrial – Qual sua opinião a respeito?

Melek – A terceirização, bem ou mal, já está regulamentada pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que num momento diz que só se pode terceirizar o que seja atividade meio e não se pode terceirizar o que seja atividade fim. E me parece que o projeto de lei vai nesse sentido. Então está-se chovendo no molhado, está-se jogando para a torcida. Precisariamos arrumar uma série de pontos específicos na legislação, que têm impacto direto sobre o dia a dia das empresas, das indústrias, dos prestadores de serviços e dos empregados.

Goíás Industrial – O sr. acredita que a terceirização já está equacionada dentro da legislação ou precisa mudar alguma coisa?

Melek – Ela já está equacionada quando prevê que se pode terceirizar o que seja atividade meio, mas não seja atividade fim. Isso, em alguns casos, nos traz para uma zona nebulosa, que gera dúvidas sobre o que pode e o que não pode, o que é atividade meio ou atividade fim, dependendo do setor econômico e da tarefa que é realizada. Pior do que isso, é imaginar que o governo quer passar a terceirização, não vendendo para o empresário que isso é uma boa coisa – porque o empresário responde juridicamente

na área trabalhista pela terceirização. Se faço 30 audiências por dia, dessas em sete está a empresa que terceirizou o serviço no banco dos réus, junto com a empresa terceirizada, que normalmente não aparece na audiência. O governo quer regulamentar a terceirização retirando o gasto com pessoal terceirizado da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e por dez anos pretende que se tire da LRF. Isso é bom para o governo, mas não é bom para as indústrias, para as empresas e para as pessoas. É isso que precisa ser observado. Então vamos ampliar a terceirização? Não sei até que ponto isso é interessante e até que ponto isso vale a pena porque a empresa, repito, continua respondendo normalmente por todos os atos dos trabalhadores terceirizados.

Goíás Industrial – Como deveria ser encaminhada a reforma das leis do trabalho?

Melek – Então, o que precisa mudar de fato na legislação? Dar maior liberdade para as pessoas. Estaria exagerando e seria duramente criticado, mas faço isso de peito aberto, tendo sido empregado, empregador e juiz há 12 anos. Rasgar a CLT, rasgar a CLT. Construímos juntos no Brasil, num grande diálogo nacional, um código pequeno, enxuto, simples, sem complexidade, que preserve direitos essenciais do trabalhador, mas que dê a ele e ao empregador, com a participação ou não dos sindicatos em alguns casos, margem de negociação, de flexibilização. Porque isso vai aumentar a geração de empregos no Brasil. Isso é inexorável, inevitável, quando você simplifica, reduz encargos, quando você torna uma legislação absolutamente complexa e ameaçadora em algo simples. Um médico, que tem hoje uma secretária e uma instrumentadora, vai passar a ter duas secretárias e três instrumentadoras. Uma indústria que tem hoje 20 empregados vai passar a ter 35. E aí o mercado vai se equacionar, não tenho dúvidas disso. Isso já aconteceu na Alemanha no passado.

Goíás Industrial – Quais pontos precisariam ser mantidos, em sua opinião?

Melek – Entre os pontos a serem preservados, inclui um limite para a duração semanal do trabalho, que hoje é de 44 horas, mas poderia ser ampliado para 46 ou diminuído para 40 horas. Sinceramente, não me apego muito à polêmica dessa discussão. O que importa para o empresário, para o trabalhador e para os sindicatos é a previsibilidade. É dizer “é ▶



“POR QUE NUMA CIDADE PEQUENA É PRECISO TER UM FÓRUM PARA A JUSTIÇA MILITAR, OUTRO PARA A JUSTIÇA ELEITORAL, OUTRO PARA A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, OUTRO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO E OUTRO PARA A JUSTIÇA FEDERAL? QUEM PAGA ESSA CONTA NÃO AGUENTA MAIS”

assim”, por mais que eventualmente uma regra não seja boa para o empresário, ela não é boa, mas ela existe, é clara e simples. Ele sabe que daqui há dois ou três anos não vai receber uma condenação de R\$ 60 mil na Justiça do Trabalho. Então ele pode planejar, ele pode se programar. Costumo dizer que o empresário hoje dirige um carro em alta velocidade, no escuro, na chuva com neblina, sem saber o que tem depois da curva. E tendo uma legislação mais enxuta, mais simples, menos complexa, teremos a certeza de que, apesar da chuva, da pista molhada, da neblina, ele sabe que depois da curva tem uma vaca no meio da pista. Então ele pode frear, ele pode desviar. Mas hoje ele não sabe o que tem ali. Quem quer ser empreendedor no Brasil com tanta medida populista, com tantas medidas extremas que a Justiça pode tomar? Você corre risco todos os dias em seu negócio. Então, simplificar a legislação, fazer realmente o negociado prevalecer sobre o legislado por vários motivos. O legislado é muito antigo, anacrônico, é desproporcional no tratamento das partes. A CLT tem o dom de tratar desiguais de maneira igual. Ela trata o maior banco do País da mesma forma que trata uma pequena empresa que foi aberta na semana passada. Isso é injusto. Precisamos fazer realmente a negociação coletiva prevalecer sobre a legislação de forma que isso seja seguro para o empresário.

Goiás Industrial - Outros pontos deveriam ser preservados?

Melek - Os pontos que devem ser mantidos são a jornada de trabalho ou duração semanal do trabalho, com grande flexibilidade, eliminar a forma de condenação que é tão alta hoje na Justiça do Trabalho para violação de intervalo entre a jornada, intervalo para almoço. O trabalhador que tem uma hora de intervalo e faz meia hora, a Justiça condena o empresário a conceder uma hora e meia com 50% de adicional, o que é completamente desproporcional. Temos muitas pesadíssimas na CLT. O atraso de um dia nas férias gera 100% de multa para o empregador. Temos o fato de o trabalhador pedir a perícia que quiser em juízo e não paga por isso. Sai dos cofres públicos, seja uma perícia médica, psiquiátrica, de insalubridade, de periculosidade. Isso precisa ser equacionado. Precisamos manter padrões de salário mínimo nacional, como já existe, e cada categoria cuidar de seus salários, de seus benefícios. Imagino fim de benefícios. É muita armadilha. Que armadilha? Pagar vale-transporte em dinheiro é uma armadilha. Não pode. O juiz manda pagar tudo de novo. Poder parcelar período de férias. Por que não? Muitos querem isso. A legislação precisa



“**ESTÃO FALANDO EM CONVENÇÃO COLETIVA PREVALECER SOBRE A LEGISLAÇÃO QUE É ANTIGA, ANACRÔNICA E ULTRAPASSADA. PERFEITO. SÓ QUE ISSO JÁ ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ENTÃO VÃO FAZER O QUÊ? ACENDER VELA?**”

mudar. Nós temos agora, a Carta de Cascavel, dia 5 de outubro, que eu vou participar, vai sugerir ao governo federal, ao Congresso Nacional uma série de mudanças efetivas, pontuais na legislação, para que isso tenha impacto no dia a dia das pessoas. Porque o que está sendo propagado hoje pelo governo na verdade não trará impacto algum. Hoje temos um péssimo ambiente para os negócios e o que governo quer é melhorar esse ambiente, mas sem nenhuma medida efetivamente concreta.

Goiás Industrial - Como dar organicidade às decisões do Judiciário se um juiz de primeiro grau, como o sr. citou, pode desconhecer uma súmula?

Melek - É pior do que isso. Ele conhece a súmula e escreve na sentença: ‘deixo de aplicar a súmula tal porque ela não se sustenta juridicamente’. Estou cansado de ver esse tipo de sentença no Brasil todo. E qual o agravante disso? Muitos podem dizer, inclusive meus colegas de trabalho, ah, mas a parte pode recorrer! Sim, mas para recorrer tem de pagar R\$ 9,0 mil. Para uma microempresa isso pode ser a metade, um terço da folha de pagamento. Duas sentenças para recorrer são R\$ 18,0 mil. Então não é bem assim o negócio. Como podemos dar maior organicidade às decisões da Justiça brasileira, não só na área trabalhista? Muito simples. Fazer com que os juízes de primeiro grau precisem observar e respeitar as súmulas dos tribunais superiores. Muitos vão dizer que assim se estaria engessando o Direito, o Direito não evolui. Essa é uma crítica sem fundamento, porque para se fazer uma súmula são 12, 15, 20 anos de discussão democrática, até que, depois de 2 mil processos julgados, finalmente vem um tribunal superior, com ministros togados, com ministros de carreira, ministros que não são indicados politicamente pelo presidente da República, juízes de carreira, mais experientes do que eu, para dizer que esta matéria no Brasil é tratada desta forma. Então jornada para operador de telemarketing é de seis horas, por exemplo. Pronto. O tribunal informou ao Brasil, informou ao sindicato, ao trabalhador, ao empresário. E vem um juiz de primeiro grau e diz que isso não vale. Mas como assim? E o que acontece com esse juiz? Nada. Vai promovido. Os juízes de primeiro grau precisam respeitar as súmulas dos tribunais superiores.

Goiás Industrial - Há outros caminhos para mudar uma súmula?

Melek - Nós juízes não podemos estar longe das pessoas, não podemos estar julgando fora da realidade, nós precisamos estar

■ Marlos Melek, durante palestra na Casa da Indústria: "Nós juízes não podemos estar longe das pessoas, não podemos estar julgando fora da realidade"



junto com a sociedade civil organizada. E essa minha experiência de sair do gabinete, ouvir estudante, ouvir empresário, ouvir administrador, ouvir sindicalista tem sido sensacional, maravilhosa. Se queremos, como sociedade, mudar uma súmula que está injusta, está ultrapassada, temos os canais adequados para isso. Temos de conversar com os ministros, conversar com os tribunais superiores, através das federações das indústrias, das associações comerciais, das seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do País inteiro, das associações de magistrados. Agora eu, como juiz de primeiro grau, contrariar uma súmula de um tribunal superior e imaginar que isso seja razoável, não. Porque, para o pequeno empresário, eu estou condenando-o, porque ele não vai ter R\$ 9,0 mil muitas vezes para recorrer. Agora, o grande banco, o grande empregador brasileiro, que são os grandes contratantes dos grandes escritórios da Avenida Paulista



“NO ANO PASSADO TIVERMOS 4,990 MILHÕES DE NOVAS AÇÕES TRABALHISTAS EM TODOS OS 24 TRIBUNAIS DO TRABALHO NO BRASIL. NESTE ANO, TIVEMOS AUMENTO QUE AVALIO EM 20% A 30%, O QUE É RESULTADO DESSA DEPRESSÃO ECONÔMICA SEM PRECEDENTES. TEMOS EM TRÂMITE NO BRASIL MAIS DE 16,0 MILHÕES DE AÇÕES TRABALHISTAS”

(na capital de São Paulo), que são grandes clientes dos tribunais superiores, esses vão ter a sentença que contrariou a súmula reformada no tribunal superior por um estagiário, que trabalha para um ministro. Não pensem que um ministro vai pegar minha sentença de primeiro grau que contrariou uma súmula, aprovada depois de 15 anos de discussão, e vai dizer assim: 'Meu Deus, mas que menino inteligente, sensacional. Não tinha pensado dessa forma'. Não. O sistema não permite, a vaidade não permite. Então o que vai acontecer? Ele vai jogar essa sentença num balaio com mais 300, 500 processos. O balaio leva três anos para encher, porque é por assunto, e num belo dia o ministro vai abrir a sessão noturna recursal, num tribunal superior, e vai dizer assim: 'Esses 300 processos violaram súmulas nossas. Algum ministro tem algo contra? Não'. Então, em menos de 30 segundos, estão derrubadas 300, 500 sentenças, que levaram 12 anos ►

para chegar lá. Custo Brasil, um processo que custou caro para o nosso bolso. Precisamos equacionar essa demanda, porque isso custa caro para o Brasil.

Goiás Industrial - É possível melhorar o desempenho da Justiça?

Melek - Precisamos da reforma do Judiciário. Vou citar um exemplo prático, concreto, que está acontecendo agora. Temos no Brasil 1.378 varas do Trabalho. Poderia dar o exemplo do Cível, das varas da família, do consumidor, juizados especiais. Mas vou me restringir à área trabalhista. A lei determina que o juiz faça audiência una. O que é audiência una? O nome já diz. É aquela em que todas as partes se sentam e resolvem tudo na hora. A CLT, apesar de antiga, prevê isso. Por quê? Porque muitas vezes você tem uma empresa que vem de Porto Alegre, outra que vem de São Paulo, outra do Nordeste para fazer uma audiência em Curitiba (PR). Aí o que o juiz faz? Em vez de fazer uma audiência una e resolver tudo na hora, seja por conciliação ou por sentença, faz uma audiência chamada inicial, que não tem previsão na CLT. Ele importou isso de outro ramo do Direito. Uma audiência inicial leva dois, três minutos para acontecer, depois de um tempo de espera das partes que pode ser de meia hora, uma hora, uma hora e meia, um tempo precioso. O juiz pergunta se há possibilidade de conciliação e, não havendo, decide marcar a audiência para outro dia. Fiz uma conta. São 1.378 varas da Justiça do Trabalho no Brasil. Se todas elas descumprirem a lei, e muitas fazem essa audiência inicial de dois em dois minutos, que não serve para nada, você tira do trabalho por dia 165 mil pessoas para fazer uma audiência trabalhista cuja eficácia é quase nula. Multiplique isso por 12 meses e nós mexemos no PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil. Primeiro, o juiz precisa respeitar as súmulas dos tribunais superiores. Há outros canais para se insurgir contra o que ele julga ser incorreto nessas súmulas. Precisamos fazer o Judiciário ter uma inteligência de logística melhor, por exemplo, fazer audiências unas, como a lei determina, fazer com que os recursos sejam mais restritivos, fazer com que os pedidos na petição inicial sejam racionalizados – hoje uma petição inicial tem 30, 40 pedidos e, quando muito, 10 são procedentes. Deveria haver sucumbência para quem pede o que não deve na Justiça do Trabalho. Quem perde tem de pagar alguma coisa. O sujeito pede 40 coisas e ganha 2, perdeu 38. Teria de pagar a sucumbência sobre esses 38 que perdeu. Deveríamos dar mais seriedade à forma como a Justiça está sendo tratada hoje.



“HOJE TODO O JUDICIÁRIO CUSTA R\$ 70,0 BILHÕES POR ANO E CONSEGUIMOS, A CADA 100 PROCESSOS, EXCLUINDO O QUE É CONCILIADO, RESOLVER APENAS 14”

Goiás Industrial - Esse gasto de R\$ 70,0 bilhões com a Justiça no País já contabiliza todos esses custos?

Melek - Esses R\$ 70,0 bilhões são custos diretos, com água, luz, telefone, folha de pagamento, investimentos. Todo esse custo indireto, secundário, não está contabilizado.

Goiás Industrial - Qual o volume atual de processos em

tramitação na Justiça do Trabalho e qual a expectativa para este ano em função do aumento do desemprego?

Melek - No ano passado tivemos 4,990 milhões de novas ações trabalhistas em todos os 24 tribunais do trabalho no Brasil. Neste ano, pelo levantamento que fiz nas varas que atuo – são duas varas na região de Curitiba –, tivemos aumento que avalio em 20% a 30%, o que é resultado dessa depressão econômica sem precedentes. Temos em trâmite no Brasil mais de 16,0 milhões de ações trabalhistas. ■



■ Não é razoável que juízes de primeiro grau contrariem súmulas de tribunais superiores

O encontro de jovens com o futuro

Fórum IEL de Carreiras atrai estudantes, empresas e instituições de ensino em um dia inteiro de debates e troca de experiências com especialistas de renome e até um pocket show com o cantor Gabriel, O Pensador *(foto)*

.....
Célia Oliveira

Com público formado predominantemente por jovens e profissionais em busca de oportunidades, informações, orientação, conhecimentos sobre o mercado de trabalho e construção da vida profissional, o Fórum IEL de Carreiras reuniu dia 15 de setembro, em Goiânia, mais de 2 mil pessoas, no complexo do Teatro Sesi e do Clube Ferreira Pacheco, no Setor Santa Geneveva.

Promovido pelo IEL Nacional em parceria com o Regional goiano, o fórum, integrado pela Feira IEL de Oportunidades, constituiu-se ocasião adequada para colocar frente a frente pessoas com pouca ou nenhuma experiência e especialistas de renome nacional em educação, formação, trabalho e carreira. Pesquisa realizada pelo IEL durante o evento revelou que 41% dos participantes possuem dúvidas em relação à inserção no mercado de trabalho.

“Movidos pela vontade extrema e pela esperança em alcançar uma vaga de emprego, estágio ou aprendizagem, os jovens buscam caminhos para decidir ou dar início a uma carreira de sucesso”, disse Humberto de Oliveira, superintendente do IEL Goiás, em balanço sobre o evento.

AMBIENTE DE CONHECIMENTO

Unir futuros profissionais, empresas, instituições de ensino,

educadores, no Fórum de Carreiras e na Feira IEL de Oportunidades, realizada paralelamente no Clube Ferreira Pacheco, foi um dos objetivos estratégicos do evento. A intensa participação marcou o profundo interesse dos inscritos em absorver toda e qualquer orientação e informação oferecidas pelos palestrantes que enriqueceram o evento.

“O Fórum IEL de Carreiras reúne muitos jovens e, assim, o intercâmbio de informações é grande. Os palestrantes falam a linguagem que eles gostam e entendem. Muito possivelmente, vão acender luzes internas para que eles possam se colocar como futuros trabalhadores nas empresas ou para que empreendam”, afirmou Paulo Mól, superintendente do IEL Nacional.

Profissionais com histórias de empreendedorismo, como Eugênio Mussak, Du Migliano, Gil Giardelli, Edgard Gouveia, Suzana Freitas, Raphael Bozza e até o cantor e compositor Gabriel, O Pensador, compartilharam com os participantes suas experiências no mundo do trabalho e na formação de suas carreiras.

Gil Giardelli, um dos palestrantes, falou sobre Novo Empreendedorismo, modelo que, segundo ele, mobiliza milhões de pessoas focadas em novas formas de fazer negócios, criar novas empresas, serviços e empregos. “A maioria das pessoas trabalhará no que chamamos de economia circular”. ▶



■ **Gil Giardelli:** “Na economia circular, hoje se trabalha num site dando aulas on-line, amanhã como motorista; são várias opções para uma semana, não mais para toda a vida”



Fabrício Leite:
 "A parceria com o IEL foi fundamental para trazermos ao estudante uma forma dele se valorizar mais na carreira profissional"

NOVAS POSSIBILIDADES

Com intuito de proporcionar aos participantes visão mais crítica e reflexiva sobre o mercado de trabalho, o fórum abriu boa oportunidade para munir o público com atividades extracurriculares e agregadoras quanto ao futuro de jovens que hoje enfrentam amarga distância entre os bancos escolares e a ocupação de uma vaga como profissional.

Nos estandes, os parceiros apresentaram serviços e informações de grande relevância para a futura carreira no mercado de trabalho.

O Santander, por exemplo, levou ao conhecimento dos visitantes a conta universitária e, na oportunidade, repassava algumas dicas para a vida financeira.

“A proposta é trazer para o jovem que está iniciando carreira uma condição de crescimento profissional. Nossas orientações e cursos também voltados aos estudantes fazem com que eles possam melhorar o dia a dia”, frisa Fabrício Leite, superintendente do banco em Goiás/Tocantins.

Todas as atividades do fórum - palestras, coaching, oficinas e a feira - permitiram a troca de experiências e de vivência para levar o jovem a pensar e a decidir sua carreira, abrindo janelas ao desenvolvimento profissional.

“Acredito que o evento do IEL ajudará bastante para minha formação profissional e humana”, disse o estudante de Letras Vinícius Senna, que se inscreveu em duas oficinas de conhecimento.

Nas sessões de coaching, os participantes atendidos individualmente saíram cheios de expectativas sobre carreira



Nas oficinas, salas repletas. Estudantes atentos ao que ouviam





■ Primeiros colocados, estagiários nas empresas Lara Martins Advogados, Kraft Heinz, Senai/IST e Agroquima, exibem certificados. Projetos tratam de experiências sobre agropecuária, meio ambiente, logística, sustentabilidade e eficiência energética

Prêmio de Estágio revela novos talentos

No estande do IEL Goiás, jovens em busca de oportunidades de estágio e emprego foram atendidos e muitos, encaminhados dali mesmo para seleção por empresa parceira.

Isis de Oliveira, estudante do ensino médio, disse não ter ainda ideia de qual curso universitário fazer. Por isso, na Feira IEL de Oportunidades, procurou em estandes informações sobre cursos e faculdades.

■ **Isis de Oliveira:** “Eu vim para conhecer as opções. Tudo que vi atendeu minhas expectativas”

Pelo 12º ano consecutivo, o IEL Goiás premiou as melhores práticas de estágio desenvolvidas por estudantes, com apoio de empresas e instituições de ensino, igualmente reconhecidas dentro do Prêmio de Estágio, entregue ao final do Fórum IEL de Carreiras.

Na categoria Estagiário Destaque, conquistaram a primeira colocação os estudantes Isadora Ramos Prata (Gonçalves Macedo Paiva e Rassi Advogados), Leonardo Lopes da Cunha (Agroquima), Isadora de Almeida Abreu, da Kraft Heinz, e Volney Cesar Filho, do Instituto Senai de Tecnologia em Automação.

As Empresas Destques foram Lara Martins Advogados, na categoria micro e pequeno porte, Agroquima Produtos Agropecuários (média empresa), Kraft Heinz (grande empresa) e Instituto Senai de Tecnologia em Automação, na categoria Sistema Fieg.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Aparecida de Goiânia conquistou dupla premiação, nas categorias Instituição de Ensino de nível técnico e superior.

Fórum IEL de Carreiras / Feira IEL de Oportunidades / Prêmio IEL de Estágio

Patrocinadores	Apoiadores
▶ TV Serra Dourada	▶ Sebrae
▶ Rádio 99,5 FM	▶ Faculdades Alfa
▶ Sesi/Senai	▶ PUC Goiás
▶ Segov/Governo de Goiás	▶ UFG / Universo
▶ Santander	▶ UniAnhanguera
	▶ Instituto Federal Goiás
	▶ ABRH-GO / Ex Lege
	▶ Unimed



■ Pedro Alves, Milca Severino (PUC-Goiás), Hélio Naves (Fieg) e Pedro Luiz, da Funtec, na abertura da Mostra de Tecnologia

Empresas e universidades, parcerias para inovar

Em busca de aproximação e interação mais permanente e sistemática entre universidades, institutos de ciência e tecnologia e empresas, visando ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, a Fieg realizou em outubro, na Casa da Indústria, a Mostra de Tecnologia para Negócios, com foco nos setores de alimentos e bebidas, fármacos, química, cosmética, tecnologia da informação e engenharias.

A iniciativa mobilizou o Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, o Núcleo de Inovação de Goiás (NIG), a Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (Funtec), PUC Goiás, o IEL Goiás, Senai Goiás, Sebrae, a Fapag, UFG e UEG. O encontro foi aberto com a palestra Interação Universidades x Empresas, ministrada por Maurício Henrique Benedetti, doutor em Engenharia de Produção, mestre em Administração de Empresas e graduado em Engenharia Mecânica. ■

Um serviço pensado para **aumentar**
a rentabilidade do seu negócio



Tudo o que você precisa saber sobre o mercado
de café, açúcar, soja, e milho em um só lugar

SAFRAS & Mercado possui um time exclusivo de especialistas e consultores pronto para auxiliar em sua tomada de decisão

ANÁLISES • ASSESSORIA DE MERCADO • INTELIGÊNCIA DE MERCADO • DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS

Mais Informações:

(51) 3290-9200
www.safRAS.com.br



Construção sem entulho e sem perda de tempo

■ Canteiro de obras em condomínio de Senador Canedo: substituição do tijolo comum por bloco de fibrocerâmica muda cara da construção civil

Cases de sucesso consolidam atuação do Senai como parceiro da indústria no desenvolvimento de soluções tecnológicas

.....
Andelaide Lima

Não está muito distante o futuro em que a construção civil deixará de ser sinônimo de canteiros cheios de entulhos, obras demoradas e desperdício de material, alguns dos estigmas que enfrenta um dos principais segmentos econômicos. Reduzir entulho, com desperdício quase zero, e proporcionar maior rapidez nas obras são algumas das vantagens já concretas do denominado Brik – um bloco de fibrocerâmica que substitui o uso de tijolos convencionais em paredes e muros.

Desenvolvido pela empresa goiana Ceramikalys e com a marca do Senai no DNA da inovação, o produto é resistente, leve, fácil de manejar e já vem pronto para ser utilizado, diminuindo o tempo e a quantidade de profissionais necessários para construir uma casa ou qualquer outro tipo de edificação. Sem falar que a novidade utiliza pneus de borracha como agregado na composição do

produto. A técnica contribui com a redução de impactos ambientais e incorpora o conceito de sustentabilidade nos canteiros de obras.

“A indústria da construção civil calcula que um terço do que compra vai para o lixo. Com o Brik, o desperdício é quase zero e o que sobra do bloco retorna ao processo de fabricação”, explica o arquiteto Bruno Fleury Bernardes, diretor comercial da empresa.

CERTIFICAÇÃO

Para validar o produto de acordo com a Norma Brasileira de Desempenho das Edificações (NBR 15.575), que estabelece parâmetros para requisitos como desempenho acústico e térmico, durabilidade, garantia e vida útil das construções, a Ceramikalys buscou apoio da Escola Senai Vila Canaã, de Goiânia, via Edital Senai Sesi de Inovação.

A unidade foi responsável por estruturação da documentação, desenvolvimento dos manuais de uso do material, acompanhamento da construção dos protótipos, contratação de empresas especializadas para realização dos ensaios técnicos e análises laboratoriais. “O bloco apresentou resultados satisfatórios nos ensaios realizados ▶

e agora aguarda a finalização da Minuta de Diretriz para aprovação junto ao Sistema Nacional de Avaliação Técnica (SiNAT), iniciativa que avalia produtos inovadores nos processos construtivos, no âmbito do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQPH)", explica a analista do projeto no Senai, Ana Paula Costa e Silva.

“O Senai tem sido fundamental em todos os aspectos e sem a parceria da instituição na transferência de tecnologias e suporte financeiro não teríamos como buscar a certificação para ampliar nossa atuação”, retoma Bruno Fleury.

Com patente registrada em 52 países, o bloco de fibrocerâmica é um produto inédito no mercado mundial, que pode ser usado em qualquer tipo de construção, como prédios, sobrados, casas, galpões, em ambientes externos e internos. O material tem vários tipos de acabamento que imitam madeira, granito, mármore, textura.



■ **Bruno Fleury:** “A indústria da construção civil calcula que um terço do que compra vai para o lixo. Com o Brik, o desperdício é quase zero”

■ **Operário manuseia bloco de fibrocerâmica:** rapidez, redução de entulho e desperdício



Detector de vazamento de amônia

Acidentes de trabalho ocasionados por vazamento de amônia, gás usado em sistemas de refrigeração, principalmente em indústrias frigoríficas, são comuns no Brasil. A exposição à substância provoca reações alérgicas, queimação na pele, dor de cabeça, tonturas e dificuldades para respirar, entre outros sintomas. De olho nesse que, em pouco tempo, se tornaria seu principal nicho de mercado, a WR Indústria e Comércio de Eletrônicos, em parceria com o Instituto Senai de Automação, de Goiânia, desenvolveu um detector de vazamentos de amônia. O equipamento contempla todos os itens de segurança estabelecidos pela Norma Regulamentadora 36 (NR 36) – criada para avaliar, controlar e monitorar riscos existentes nas atividades realizadas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados.

“Há produtos similares no mercado, mas com tecnologia ultrapassada e que não atende a todos os requisitos exigidos pela NR 36. Busquei apoio do Senai porque acredito que a instituição tem capacidade técnica para criar qualquer tipo de equipamento. Em três meses, a primeira versão do aparelho ficou pronta, depois fizemos adaptações até chegar ao modelo atual”, explica o empresário Willian Ribeiro, proprietário da WR Indústria.

SEGURANÇA

A equipe técnica do Senai desenvolveu a parte eletrônica do detector e a lógica de funcionamento do sistema. O dispositivo possui mecanismos para detecção precoce de vazamentos de amônia, com sinalizador audiovisual que facilita a evacuação do local e possibilita a rápida realização de outras medidas de segurança.



■ **Willian Ribeiro:** “Busquei apoio do Senai porque acredito que a instituição tem capacidade técnica para criar qualquer tipo de equipamento”



■ **José Roberto:** “O detector representa para o Senai um avanço no desenvolvimento de produtos eletrônicos e sistemas computacionais de supervisão”

Além disso, ele registra todo o histórico de ocorrências para monitoramento e geração de relatórios.

“O detector representa para o Senai um avanço no desenvolvimento de produtos eletrônicos e sistemas computacionais de supervisão e é de grande importância para as indústrias que utilizam amplamente o gás amônia em equipamentos de refrigeração, como as do segmento frigorífico,”

observa o consultor técnico do Instituto Senai de Automação, José Roberto de Souza, responsável pelo projeto.

Com sede em Goiânia, a WR Indústria começou suas atividades há menos de dois anos com a fabricação e comercialização do detector de amônia, seu principal produto. Segundo Ribeiro, a empresa detém 70% do mercado nacional desse dispositivo, com cerca de 150 clientes. ■



Setor pretende engavetar projeto que definia um marco regulatório para a área mineral e revigorar pontualmente a norma em vigor, simplificando processos inclusive na área ambiental

O projeto que sugere um novo marco regulatório para o setor de mineração, parado no Congresso Nacional desde 2013, deverá ser definitivamente engavetado pelo governo Michel Temer. A tendência é a nova proposta em elaboração no Ministério de Minas e Energia (MME) preservar em grande medida o atual Código de Mineração, definido pelo Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967, com mudanças pontuais destinadas a atualizar a norma, simplificando procedimentos e introduzindo maior celeridade aos processos de forma a criar ambiente favorável ao investidor. Foi o que adiantou, em Goiânia, o engenheiro de minas Vicente Humberto Lobo Cruz, ex-diretor industrial de fosfatos da Vale Fertilizantes e atual secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do ministério.

Ele participou do debate sobre O Novo Ciclo da Mineração Brasileira, promovido em setembro pela Câmara Setorial de

Mineração (Casmin) da Fieg, ao lado de empresários e representantes do setor mineral. Segundo Lobo, que também foi executivo da extinta Goiás Fertilizantes, Bunge, Serrana e Paulo Abib Engenharia, a indefinição em relação ao marco regulatório da mineração tem paralisado as decisões de investimento no setor, num momento de crise acentuada em toda a economia e dos impactos negativos causados pela catástrofe em Mariana, resultante do estouro da barragem da Samarco.

“Temos um código mineral que para em pé”, disse, que conseguiu sustentar o crescimento do setor ao longo de décadas, mas que precisa de adequações, o que será feito “sem açodamento” e ainda sem alterar as estruturas já estabelecidas. “Vamos revisitar o código e fazer algo sintético, objetivo e reto, com transparência, simplicidade, sem arrogância. O governo tem de facilitar as coisas para o setor privado, dar liberdade para as mineradoras trabalharem, criar um ambiente que atraia ▶



O novo (velho) CÓDIGO MINERAL



■ **Planta de níquel da Anglo American em Barro Alto:** Brasil respondeu em 2015 por 3% do investimento global em metais não-ferrosos

Divulgação/Anglo American

investimentos e diversificar a matriz mineral”, definiu o secretário.

A equipe do MME tem se reunido com um grupo de 20 a 30 executivos da alta direção de empresas de todas as áreas da mineração para discutir um projeto conceitual para a definição de política mineral para o País que permita “destravar a mineração e alavancar 4% a 6% do PIB do setor em dois anos”, na previsão de Lobo. Segundo relatório anual do SNL Metals & Mining, o Brasil atraiu apenas 3% do investimento mundial para exploração de commodities não-ferrosas no ano passado, diante de participação em torno de 6% para México e Peru.

O secretário acredita que será possível elevar a cota brasileira, com o desenho de um marco que elimine incertezas e a insegurança jurídica e preveja, ainda, modelos simplificados de licenciamento, inclusive e especialmente na área ambiental. “Existe dinheiro para alocar em pesquisa, o que precisamos é dar credibilidade ao sistema”, insistiu Lobo.

O ministério, prossegue o secretário, quer atrair para esse debate as instituições que respondem pelo meio ambiente, pela questão indígena e pelo patrimônio histórico, a exemplo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), além dos órgãos de controle do Estado, como o Ministério Público. “Temos de estabelecer uma relação de confiança com esses setores. A mineração não pode mais esconder suas questões debaixo do tapete”, defendeu Lobo.

Menos intervenção, mais ação

Na avaliação do presidente da Câmara Setorial de Mineração (Casmin) da Fieg, Wilson Borges, será preciso enfrentar a “redundância burocrática” que paralisou



Wilson Borges, da Casmin: ações “para deixar para trás cinco anos de marasmo e retomar o crescimento”

as decisões no setor nos últimos anos. “A mineração precisa de menos intervenção e mais ação para deixar para trás cinco anos de marasmo e retomar o crescimento.” O trabalho da Casmin, afirma Borges, será direcionado para a consolidação de um fórum de debates que vai se ocupar de buscar soluções para “recolocar o setor mineral nos trilhos novamente, o que deve-

rá permitir que volte a atrair investimentos, gerando empregos e renda.”

Hoje, pontua o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, Goiás ocupa o posto de terceira maior província mineral do País, com destaque para a produção de cobre, níquel, nióbio, fosfato, ouro e amianto, além de granitos, terras raras e agregados da construção. A fatia da indústria extrativa mineral no valor da transformação industrial no Estado, no entanto, encolheu de 11% em 2007 para 5,8% em 2013, indicador mais recente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os entraves à pesquisa e à lavra no Estado, associados à queda mais recente dos preços dos minérios, prossegue Pedro Alves, têm impedido que o valor da produção mineral tenha crescimento mais acelerado.

Menor disposição para investir

Os investimentos globais na exploração de metais não-ferrosos vêm caindo desde o recorde alcançado em 2012, segundo a consultoria SNL Metals &

LADEIRA ABAIXO

(Investimento global na exploração de metais não-ferrosos, valores em US\$ bilhões)



Fonte: SNL Metals & Mining

Mining, refletindo a fraqueza dos mercados, a queda nos preços das commodities não-ferrosas e a desaceleração no crescimento da economia chinesa. No ano passado, as mineradoras investiram em torno de US\$ 9,2 bilhões, menos da metade dos US\$ 21,5 bilhões registrados em 2012, acumulando retração de 57,2% no período. A América Latina recebeu 28% daqueles recursos e a participação brasileira, que havia sido de 4% em 2014, recuou para 3%. Houve queda importante também no Chile (de 12% para 7%), com a fatia peruana estagnada em 6% nos últimos dois anos. Os avanços mais expressivos foram registrados na China (2% para 6%), na África do Sul (2% para 4%) e Canadá (10% para 14%).



Vicente Lobo:
“Entendemos que possa ser admitida participação estrangeira de 10% em áreas de fronteira”

CAPITAL ESTRANGEIRO NA FRONTEIRA

A desburocratização dos processos de requerimento e concessão de títulos minerários, assim como de licenciamento ambiental, ocupa espaço central na agenda definida pelo Ministério de Minas e Energia em sua nova gestão. As

propostas em gestação incluem ainda alguma flexibilização no veto imposto pelo governo brasileiro à participação de capital estrangeiro na exploração mineral em zonas de fronteira. “Entendemos que possa ser admitida participação estrangeira de 10% naquelas áreas. Não vamos nem falar sobre a exploração em áreas indígenas porque ficaríamos 50 anos discutindo isso”,

afirmou Vicente Lobo.

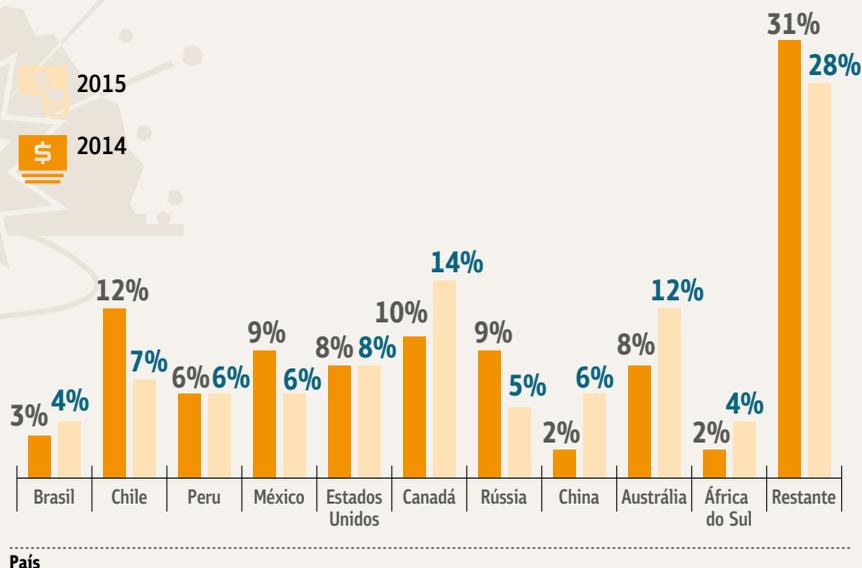
O secretário referiu-se especificamente à Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), em resposta ao questionamento apresentado pelo CEO da Mineração Serra Verde, Luciano de Freitas Borges, empresa do grupo Mining Ventures Brasil, por sua vez, controlado majoritariamente pelo fundo de investimentos norte-americano Denham Capital Management LP, com participação minoritária do fundo suíço Arsago Mining Capital Ltda.). A Serra Verde toca ambicioso projeto de exploração de terras raras em Minaçu, no Norte do Estado, com previsão para início de operação em 2017.

Criada em 1984, a Renca inclui territórios no Nordeste do Pará e Noroeste do Amapá em área de geologia similar à de Carajás, de acordo com a Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimib). Desde 1994, por decreto, a exploração mineral da reserva está sob a responsabilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). “Trata-se possivelmente do maior projeto de prospecção mineral do mundo”, asseverou Lobo.

Segundo Eduardo Jorge Ledsham, presidente da CPRM, a companhia desenvolve trabalho conjunto com o ▶

A FATIA DE CADA UM

(Participação de países escolhidos no investimento global na exploração de metais não-ferrosos)



Fonte: SNL Metals & Mining

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para reavaliar o projeto sob os pontos de vista técnico e legal. Num levantamento aerofotogramétrico realizado entre 2001 e 2002, cobrindo 160 quilômetros, foram verificadas 40 pistas de pouso clandestinas na área da Renca e cadastradas 182 ocorrências com potencial para ouro, fosfato e nióbio. Neste último caso, as indicações são de possibilidades até superiores às de Araxá, que asseguram ao Brasil participação de 97,8% nas reservas totais do minério no mundo.

Ledsham acrescentou que será preciso articulação na “frente ambiental”, já que a Renca avança em áreas de preservação. “Precisamos buscar uma ação integrada com órgãos ambientais, já que a intenção é dividir a área em três ou quatro blocos e vendê-los em leilão para a iniciativa privada”, disse.

Pacote de concessões

A Renca não estava incluída no pacote de concessões anunciado no dia 13 de setembro após a primeira reunião do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI). Na área de mineração, de um total de quase 30 mil áreas em disponibilidade, segundo Vicente Lobo, foram incluídos os ativos da CPRM na área de fosfato no Projeto Miriri (Paraíba e Pernambuco), cobre, zinco e chumbo em Palmeirópolis (TO), carvão em Candiota (RS) e cobre em Bom Jardim de Goiás. De acordo com o secretário, a intenção agora é realizar uma série de apresentações internacionais para divulgar aqueles projetos.

ACCELERAR PROJETOS

Num horizonte mais largo de tempo, as mudanças defendidas pelo MME, conforme sugerido pelo secretário Vicente Lobo, visam reduzir o prazo para colocar de pé empreendimentos de mineração, lembrando que 80% destes dizem respeito a projetos de indústrias de pequeno porte,



■ **Extração de cobre e ouro em Alto Horizonte: no Brasil, um empreendimento minerário pode levar 12 anos até entrar em operação**

que geram para o governo em torno de R\$ 16,0 bilhões por ano. “Um empreendimento não pode esperar 12 anos para entrar em operação”, afirmou Lobo, lembrando que esse prazo na Austrália e no Canadá varia entre três e quatro anos. Além da simplificação pretendida nos processos minerários, Lobo defendeu a adoção de um sistema tributário que assegure isonomia para o setor de fertilizantes na taxação da produção doméstica, tornando-a mais competitiva internacionalmente.

Coordenador do Conselho Setorial da Indústria Mineral da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Cláudio Grochowicz apresentou um conjunto de propostas para aperfeiçoar e atualizar o código mineral, com adoção de “medidas pontuais”, incluindo a definição, por lei, de uma nova base de incidência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM), que leve em conta o custo do minério na saída da mina, a dispensa de licenciamento ambiental nas fases de autorização da pesquisa mineral e a adoção de um Refis (projeto de parcela-



■ **Luiz Vessani, da Edem:** duplicidade no rito de análise de alvarás de pesquisa traz dificuldades para o setor mineral

mento e anistia de dívidas tributárias) para “pacificar os passivos tributários do setor”. Grochowicz sugeriu ainda que a CPRM “deveria ser obrigatoriamente consultada pelos órgãos ambientais nos processos de constituição de reservas e unidades de conservação ambiental.”



Divulgação

■ **Unidade industrial da Sama em Minaçu: valor da produção de amianto registrou elevação de 7,5% no ano passado**

AS MUDANÇAS NA GESTÃO

A primeira medida adotada pelo novo titular da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do MME, detalhou o próprio Vicente Lobo, foi buscar maior articulação entre a CPRM e o DNPM, fazendo com que os dois órgãos passassem a falar a mesma linguagem, dividindo o mesmo propósito. “Encontramos uma situação complexa no DNPM, tanto em termos de infraestrutura física como orçamentária, com 90 mil processos parados”, relatou.

O órgão está em fase de reestruturação organizacional, que demandará reforços seja na área de fiscalização, onde atuam hoje apenas três engenheiros para mais de quatro centenas de barragens, e no setor geotécnico. Uma das soluções pensadas envolve maior aproximação com universidades, abrindo a possibilidade do uso de alunos do terceiro ou quarto ano de engenharia e geologia para apressar o

andamento de processos. A reorganização contemplará ainda a informatização do DNPM e da CPRM e a consolidação de informações e processos em um banco de dados integrado, envolvendo toda a inteligência do sistema e ainda órgãos estaduais do setor mineral. “Não é possível ter um modelo de georeferenciamento e de gestão de barragens sem informatização, sem a montagem de um modelo estrutural de TI (tecnologia da informação)”, sustentou Lobo.

A duplicidade no rito de análise dos alvarás de pesquisa, com a necessidade de deliberação das instâncias regionais do DNPM, tramitação na sede do departamento e, mais recentemente, também da SGM, em Brasília, queixou-se Luiz Vessani, da Empresa de Desenvolvimento em Mineração (Edem), tem criado dificuldades para o setor. Lobo esclareceu que tem havido maior interlocução entre o DNPM e o MME, “substituindo a duplicidade pelo alinhamento para dar segurança jurídica

às mineradoras.” A proposta, acrescentou, é “estabelecer uma nova dinâmica e encurtar prazos a partir da criação de um novo modelo de gestão.

VALOR DA PRODUÇÃO ENCOLHE

A produção e as vendas das principais substâncias minerais em Goiás caíram ou simplesmente “andaram de lado” no ano passado, com exceção para o ouro, que registrou forte crescimento em volume, mas foi duramente afetado pelo tomo nos preços, que despencaram, ao final do período, para os níveis mais baixos desde o início da década passada. Dados ainda preliminares do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) apontam redução de 17,3% entre 2014 e 2015 no valor da comercialização de sete entre os principais minérios explorados no Estado (amianto, alumínio, cobre, fosfato, nióbio, níquel e ouro), saindo de algo como R\$ 6,94 bilhões para R\$ 5,74 bilhões. ▶

Em todo o País, o valor da produção sofreu queda de 20,8% no ano passado, saindo de R\$ 99,4 bilhões para R\$ 78,7 bilhões, num recuo acumulado de 3,4% desde 2008, em valores atualizados com base no Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M). O Produto Interno Bruto (PIB) da mineração, nos cálculos do MME, avançou 4,2% quando medido em dólares, saindo de US\$ 32,1 bilhões para US\$ 34,1 bilhões entre 2014 e 2015, três vezes maior do que o valor registrado em 2005.

Em conjunto, as principais substâncias analisadas pelo DNPM em Goiás respondem por pouco mais de 85% de todo o valor gerado na venda de produtos minerais, que alcançou R\$ 8,13 bilhões em 2014, perto de 78% mais elevado do que os R\$ 4,46 bilhões gerados em 2010. Ainda no Estado, os destaques positivos vieram das mineradoras de fosfato, com alta de 22,3% no valor das vendas, para R\$ 398,302 milhões no ano passado; de cobre (mais 16,5%, para R\$ 1,35 bilhão); de níquel (mais 15,5%, para R\$ 1,86 bilhão); alumínio e amianto, com elevações, pela ordem, de 10,3% e 7,5% frente a 2014. O faturamento dos setores de nióbio e ouro, em contrapartida, desabou 36,9% (para R\$ 337,88 milhões) e 58,8% (chegando a R\$ 1,22 bilhão), respectivamente.

A retração no valor da produção mineral influenciou igualmente na arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que sofreu baixa de 14,3% na mesma comparação, encolhendo de R\$ 67,04 bilhões para R\$ 57,44 bilhões (excluído o alumínio, já que não há dados para o setor nos dois períodos avaliados).

Empurrado pelo salto registrado nos segmentos de ouro, níquel e fosfato, o investimento em pesquisa e lavra mineral no Estado chegou a crescer 11,1% no ano passado, atingindo R\$ 1,09 bilhão, frente a R\$ 981,90 milhões, num ano de retrocesso para investimento em geral na economia. O destaque, nesta área, foi o ouro, que rece-

beu investimentos de R\$ 565,56 milhões no ano passado, diante de R\$ 190,20 milhões um ano antes, significando incremento de 197,4%.

A arrecadação da CFEM em todo o País caiu 11% em 2015, atingindo R\$ 1,519 bilhão, o que representou perda nominal de 36,1% desde 2013, que havia alcançado o valor recorde de R\$ 2,376 bilhões. Desde 2008, no entanto, a arrecadação cresceu 77,0% em valores nominais, num avanço de 18,2% em termos reais.

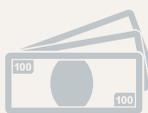
Retração nos preços

Os preços dos metais não-ferrosos sofreram perdas pronunciadas a partir de 2011, com o fim do ciclo de alta das commodities no mercado mundial. Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), as cotações do níquel e do cobre foram as mais afetadas, com baixas igualmente para o alumínio. A tonelada do cobre e do níquel chegou a ser negociada, pela ordem, a US\$ 8,29 mil e US\$ 23,81 mil em outubro de 2010, mas fechou a primeira

semana de outubro deste ano em US\$ 4,78 mil e US\$ 10,11 mil, num tombo superior a 42% no primeiro caso e de 57,5% no segundo. A retração parece ter sido estancada, ou pelo menos interrompida, em junho, já que os níveis observados no começo de outubro indicavam variações positivas entre 3% e 13% para cobre e níquel.

A cotação do alumínio encerrou o período igualmente com algum ganho, subindo pouco mais de 4% desde junho para chegar ao final da primeira semana de outubro em pouco mais de US\$ 1,66 mil por tonelada, uma cotação 29% abaixo daquela registrada na média em outubro de 2010.

Os preços do ouro entraram em elevação a partir de meados da década passada, alcançando níveis historicamente recordes por volta de 2011, passando a oscilar em torno daqueles níveis ao longo do ano seguinte para recuar novamente nos anos posteriores, até alcançar em dezembro do ano passado o menor valor na década em curso, chegando a US\$ 1,06 mil por



FATURAMENTO EM BAIXA

(Valor da comercialização de minérios em Goiás, principais substâncias, em R\$ milhões)

Substância	2014	2015*	Varição (%)
Amianto	511,968	550,442	7,5
Alumínio	23,186	25,573	10,3
Cobre	1.154,8	1.345,5	16,5
Fosfato	325,747	398,302	22,3
Nióbio	535,810	337,884	-36,9
Níquel	1.611,4	1.861,4	15,5
Ouro	2.960,9	1.219,4	-58,8
Total	6.941,8	5.738,5	-17,3

(*) Dados preliminares
Fonte: DNPM

onça troy, numa retração de 12,6% sobre fevereiro do mesmo ano.

Desde então, a cotação do ouro reagiu, encerrando setembro ao redor de US\$ 1,31 mil na média mensal, praticamente 24% acima dos níveis de dezembro passado. Desde lá, o mercado passou a oscilar para baixo e continuava recuando até o fechamento desta edição da **Goiás Industrial**.

DE VOLTA AO CRESCIMENTO

As exportações goianas de bens minerais retomaram a tendência de crescimento neste ano, depois de três anos de perdas consecutivas, segundo dados do Sistema AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Entre janeiro e agosto deste ano, as vendas externas do setor avançaram de US\$ 807,51 milhões para US\$ 869,91 milhões, numa variação de 7,7% que refletiu muito mais o aumento de 12,8% nos volumes embarcados, com preços médios de exportação ainda 4,5%

inferiores àqueles observados em igual período do ano passado.

Como as exportações totais do Estado cresceram num ritmo mais vigoroso, com alta de 11,4% naquela mesma comparação, a fatia ocupada pelo setor mineral foi reduzida de 20,6% para 19,9%, mantendo-se abaixo da participação registrada até 2012. O desempenho acumulado nos oito primeiros meses de 2016 foi puxado pelo aumento verificado nas exportações de ferroníquel, que cresceram 23,1% em relação a igual período do ano passado, somando US\$ 184,16 milhões, e principalmente pela alta vigorosa das vendas de ouro em todos seus formatos.

As exportações do metal cresceram 42,6% frente ao acumulado entre janeiro e agosto de 2015, saindo de US\$ 177,46 milhões, ou quase 22% das vendas externas totais de minérios, para US\$ 253,10 milhões, passando a responder por 29,1% do total de embarques. Os volumes despachados para fora do País aumentaram

37,5%, para pouco mais de 7,2 mil quilos. Registrou-se retração de quase 40% para as vendas externas de amianto (US\$ 31,93 milhões), de 7,5% para as de minérios de cobre (principal produto de exportação da mineração goiana, com vendas de US\$ 255,87 milhões entre janeiro e agosto deste ano) e de 2,8% para o ferronióbio (US\$ 143,06 milhões).

Ao longo da década em curso, as exportações de bens minerais tiveram desempenho mais forte entre 2010 e 2012, quando atingiram seu ponto mais elevado, com US\$ 1,49 bilhão vendidos ao exterior, num avanço acumulado de 57,4%. Dali em diante, as vendas murcharam 24,4% até atingir US\$ 1,12 bilhão no ano passado, valor 16,5% menor do que em 2014. Na combinação desses resultados, as exportações goianas de minérios aumentaram apenas 19% na primeira metade da década, percentual modesto diante da alta de 45,3% acumulada pelo valor total das exportações realizadas a partir de Goiás. ■

APÓS O TOMBO, A REAÇÃO

(Vendas externas goianas de bens minerais, valores em US\$ milhões)

Período	Exportações de minérios	Participação nas exportações totais
Jan-ago 2015	807,51	20,6%
Jan-ago 2016	869,91	19,9%

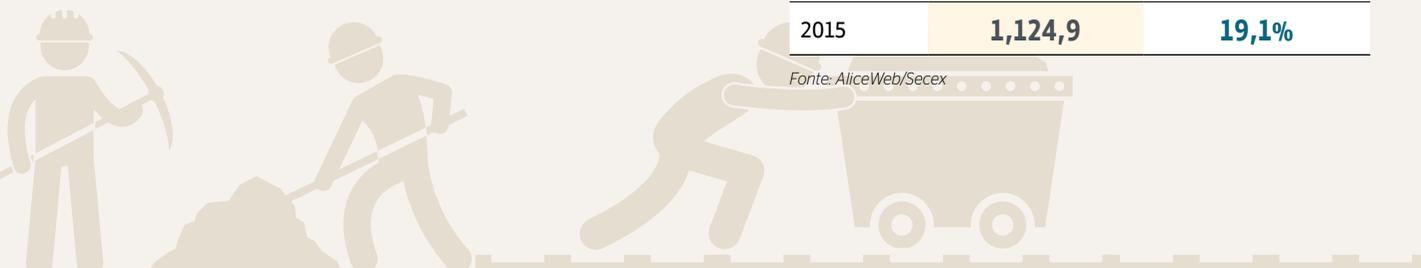
Fonte: AliceWeb/Secex

ALTOS E BAIXOS

(Vendas externas goianas de bens minerais, valores em US\$ milhões)

Período	Exportações de minérios	Participação nas exportações totais
2010	945,006	23,4%
2011	1.252,7	22,4%
2012	1.487,4	20,3%
2013	1.310,1	18,6%
2014	1.346,8	19,3%
2015	1,124,9	19,1%

Fonte: AliceWeb/Secex





■ **Rafael Senra da Costa e Tadzo Queiroz, analistas da Finep:** recursos serão destinados primordialmente para pesquisa e desenvolvimento

Alta tecnologia na mineração

Plano Inova Mineral, apresentado na Casa da Indústria, reserva R\$ 1,18 bilhão para financiar projetos inovadores e sustentáveis no setor mineral, com foco em materiais estratégicos

Numa ação articulada, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vão injetar, por meio de edital, R\$ 1,18 bilhão em projetos de inovação no setor mineral, favorecendo empresas e institutos de ciência e tecnologia ligados à mineração. Os recursos, parte do Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação do Setor de Mineração e Transformação Mineral (Inova Mineral), serão destinados ao financiamento de planos de negócios de empresas que contemplem o desenvolvimento tecnológico, a produção e a comercialização de produtos, processos e

serviços inovadores e mais sustentáveis.

Daquele valor total, detalha Rafael Senra da Costa, do Departamento de Petróleo, Mineração e Siderurgia da Finep, em torno de R\$ 220,0 milhões serão liberados a título de subvenção econômica, o que significa dizer que não precisarão ser reembolsados. As instituições de pesquisa, ciência e tecnologia receberão R\$ 40,0 milhões do bolo.

As empresas contempladas terão de aportar contrapartidas, que variam conforme o faturamento de cada uma delas. Micro e pequenas empresas, com faturamento de até R\$ 16,0 milhões, deverão participar com 20% do total da subvenção contratada. As médias

empresas, assim consideradas as que faturam anualmente entre mais de R\$ 16,0 milhões a R\$ 90,0 milhões, participarão com 50% do valor dos recursos não reembolsáveis, cabendo uma fatia de 100% para as médias-grandes, com faturamento entre mais de R\$ 90,0 milhões a R\$ 300,0 milhões. Acima desse valor, para as empresas de grande porte, a contrapartida exigida corresponde a 200% da subvenção.

O Inova Mineral, acrescenta Tadzo Queiroz, analista da Finep, pretende estimular a consolidação de uma cadeia de produção de bens e substâncias minerais consideradas “portadoras de futuro”, incluindo cobalto, grafita, grupo da platina,

molibdênio, nióbio, silício (grau solar), tálio, tântalo, terras raras, titânio e vanádio, incluindo a fabricação de ligas e principalmente materiais de alto desempenho e suas aplicações. Além disso, trata-se de incentivar fontes alternativas e novas rotas para alavancar a produção de substâncias minerais em que a dependência de importações é maior, como potássio e fosfato, destinados à agricultura, gerando déficits elevados na balança comercial.

O novo programa financiará desde estudos e testes de bancada até a implantação de plantas-pilotos, prevendo recursos ainda para bancar até a fase de colocação dos produtos no mercado, afirma Costa. “O programa cobre salários de pesquisadores, viagens, consultorias e quanto maior o foco em pesquisa e desenvolvimento, maior o mérito do projeto”, acentua ele. O desenho do Inova Mineral resultou de uma colaboração entre a própria Finep, o BNDES e o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Cada plano de negócio deverá ter valor mínimo de R\$ 5,0 milhões e as empresas terão prazo de cinco anos para execução.

PRAZOS PARA OS PLANOS DE NEGÓCIO

“Nossos consultores vão sentar e conversar com as empresas para ajudar a montar os projetos nas operações de balcão, que é o nosso dia a dia”, sustenta Rafael Senra da Costa, da Finep. O Inova Mineral abrange, além da pesquisa, exploração e transformação mineral, insumos, máquinas, equipamentos, softwares e sistemas, além das atividades de lavra e beneficiamento mineral, buscando inovação também na área ambiental, o que inclui recursos para o desenvolvimento de sistemas de monitoramento de barragens e de resíduos.

O edital do Inova Mineral já está na



■ **Empresários do setor de mineração durante apresentação do Inova Mineral na Fig:** oportunidade para desenvolver projetos inovadores

praça desde 2 de agosto e o prazo para submissão de planos de negócio, na primeira etapa do programa, foi aberto no dia 1º de setembro. As empresas e institutos de ciência e tecnologia terão prazo até o próximo dia 1º de novembro para apresentar seus planos à Finep e ao BNDES e os resultados desta primeira etapa serão divulgados no dia 23 de fevereiro do próximo ano. A segunda fase será aberta no dia 3 de abril de 2017 e as empresas terão prazo até 2 de junho para apresentar seus planos de negócios. A divulgação do resultado final está prevista para 29 de setembro do ano que vem.

Custos podem variar entre 9% e 11,5%

Os recursos reembolsáveis disponíveis para o Inova Mineral, num total de R\$ 960 milhões com financiamentos do BNDES e da própria Finep, terão custos equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 7,5% ao ano, mais juros 1,5% a 4,0%, conforme o enquadramento alcançado pela empresa. Isso corresponderá a um custo total anual por volta de 9% a 11,5% ao ano, nos cálculos de Rafael Senra da Costa, da Finep. Os tomadores terão prazo de sete anos, mais três de carência, para pagar, exigindo-se ainda garantias sob a forma de fiança bancária ou alienação fiduciária equivalentes a 100%, 120% e até 170% do financiamento contratado. ■



OS RECURSOS DO INOVA MINERAL

Instituição	Instrumento de Apoio	Valor
BNDES	Crédito e instrumentos de renda variável	R\$ 500 milhões
	Fundo tecnológico (Funtec)	R\$ 90 milhões
Finep	Crédito e instrumentos de renda variável	R\$ 460 milhões
	Cooperação com institutos de ciência e tecnologia e subvenção econômica	R\$ 130 milhões

Soluções simples e baratas

Empresas de pequeno porte de Goiás e outros Estados conseguem alcançar ganhos de produtividade de mais de 70% com técnicas de produção enxuta

Desenvolvido a partir de um projeto piloto do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o programa Brasil Mais Produtivo (BMP) foi apresentado oficialmente a empresários goianos, pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Marcos Pereira, durante evento, em setembro, na sede da Fieg, mas já contabiliza experiências bem-sucedidas. Executado pelo Senai Goiás desde maio, o BMP mantém atualmente em atendimento quase 90 indústrias de pequeno e médio porte, nos segmentos de alimentos e bebidas, vestuário, calçados e móveis, em 32 cidades do Estado.

O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, destacou a necessidade de criação de empregos no setor privado como estratégica para deter a marcha do desemprego e defendeu ainda a desburocratização em todas as esferas do setor público, como forma de incentivar a criação de ambiente favorável aos negócios e investimentos.

Uma das empresas atendidas, a goiana Ardrak, fabricante de balas mastigáveis à base de gengibre, conseguiu aumentar sua produtividade em praticamente 40%, na média, entre os ganhos registrados diretamente na linha de produção e a partir de investimentos em pessoal, relata o empresário Marduk Duarte. A equipe de consultores do programa desembarcou na empresa num período em que as vendas atingem níveis mais elevados, entre abril e outubro, quando o tempo seco estimula o consumo das balas de gengibre. O temor, lembra Duarte, era o de que a planta pudesse sofrer algum impacto durante a implantação dos sistemas de produção industrial enxuta, adotados pelo BMP. Mas a implantação gradual de uma série de pequenas ações e medidas de simples aplicação não interferiu no dia a dia da indústria e agregou benefícios ao racionalizar processos e reduzir desperdícios.

A simples análise e adequação do fluxo de funcio-



■ **Marduk Duarte:** adequação no chão de fábrica reduziu movimentação de pessoal e insumos em 70%, com alta de 40% na produtividade



■ **Mateus Simões de Freitas, gerente de Inovação e Tecnologia do Senai Nacional:** desafio é fazer com que as empresas continuem não só praticando os novos métodos e processos, mas passem a aprimorar o sistema



nários na linha de produção, acrescenta o empresário, trouxeram redução de 70% na movimentação do pessoal no chão de fábrica, tornando todo o processo mais lógico e racional. “Tivemos melhoria também no setup das máquinas, com ganhos na troca de bobinas, por exemplo, praticamente sem custos com investimentos”, detalha Duarte.

Presente ao lançamento do BMP, o gerente de Inovação e Tecnologia do Senai Nacional, Mateus Simões de Freitas, citou o caso da Luchessi Uniformes, do Rio de Janeiro, que operou um salto em suas receitas, acompanhado por ganhos equivalentes de produtividade. “Foi a nossa salvação”, afirma Américo Luchessi, que criou a empresa em 1993, juntamente com a mulher, depois de perder o emprego de vendedor. “Trabalhávamos muito, mas sem noção e sem planejamento”, define ele. Depois da implantação dos métodos e

ministro Marcos Pereira, registrou salto de produtividade de 71,4% na comparação com o período anterior à implantação do sistema de produção enxuta (ou Lean Manufacturing, em inglês, baseado no sistema Toyota de produção, empresa japonesa que desenvolveu o processo entre o final dos anos 1940 e meados da década de 1970).

Com R\$ 50,0 milhões disponíveis, a meta será atender, nesta fase do programa, em torno de 2,78 mil empresas em todo o País, das quais 220 goianas, o que gerou uma dificuldade inesperada, pois até a segunda semana de setembro 580 empresas já haviam feito inscrição no programa. O MDIC analisava uma forma de atender a todas, embora os recursos sejam limitados.

O custo por empresa, de acordo com Freitas, do Senai, varia ao redor de R\$ 18,0 mil, dos quais R\$ 15,0 mil são bancados pelo governo e seus parceiros, cabendo à empresa contrapartida de R\$ 3,0 mil. Um

sistemas adotados pelo programa, a produção saltou de 173,6 para 309 peças por dia, em média, numa alta de 78%. O faturamento mensal cresceu em igual proporção, saindo de R\$ 95,480 mil para R\$ 169,950 mil, o que gerou ganho acumulado de R\$ 893,64 mil em 12 meses.

Goiás foi o sétimo Estado a receber oficialmente o Brasil Mais Produtivo, lançado paralelamente ao Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) – *leia na página 34*. Em Rondônia, primeiro Estado a receber o BMP, a Mesas Rosalin, empresa ligada à madeireira do mesmo nome, conforme citou o

investimento mais do que compensado pelos resultados observados até aqui. No caso da carioca Luchessi, o retorno foi praticamente 50 vezes o valor investido. O desafio, aponta ele, será fazer com que as empresas continuem não só praticando os novos métodos e processos, mas passem a aprimorar o sistema e expandam sua aplicação para as demais áreas de produção.

Sob execução do Senai, o BMP tem como foco exclusivo o chão de fábrica, combatendo desperdícios, o superdimensionamento da produção, movimentação e processamento excessivos, racionalizando inventários e reduzindo defeitos e o retrabalho, além de racionalizar o fluxo de pessoas e insumos dentro da indústria, segundo Mateus Simões de Freitas, gerente de Inovação e Tecnologia do Senai Nacional. A preparação, execução e acompanhamento, observa ele, exigem 120 horas de trabalho dos consultores e das empresas, num total de três meses.

Ainda conforme Marcos Pereira, serão selecionadas empresas com 11 a 200 empregados, portanto, de pequeno e médio porte, preferencialmente organizadas em arranjos produtivos locais nos setores de alimentos e bebidas, vestuário e calçados, metalomecânico e moveleiro. Para Goiás, apenas o setor metalomecânico não foi incluído.

Eficiência energética

O ministro Marcos Pereira antecipou ainda o lançamento, provavelmente no início do próximo ano, do Brasil Mais Produtivo – Eficiência Energética. Por enquanto, vem sendo desenvolvido um projeto piloto, envolvendo meia centena de empresas. Mas a intenção é ampliar esse número à medida em que os resultados forem surgindo. O programa prevê a realização de consultorias, em parceria com o setor privado, na área de eficiência energética, como já define o nome do sub-programa, destinado a racionalizar o uso do insumo e reduzir despesas das empresas com a conta de energia ►



Ministro Marcos Pereira lança plano em Goiânia: incentivo a exportações

UM PLANO PARA EXPORTAR MAIS

Lançado em Goiás igualmente em setembro, o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), lembra o ministro Marcos Pereira, pretende estimular a inserção internacional a partir da ampliação do total de empresas que participam do mercado exterior, gerando consequentemente aumento da corrente de comércio com o resto do mundo e maiores exportações de bens e serviços. “A intenção é incentivar empresas que já exportaram e deixaram de exportar a retomar essa atividade, incluir nessa relação aquelas que ainda não exportam e estimular as que demonstram potencial exportador”, sustenta Pereira.

O plano, reforça Pedro Alves, presidente da Fieg, vai coordenar as ações dos diversos agentes envolvidos na criação de uma cultura exportadora e apoiar as empresas em seus processos de internacionalização, o que deverá, em sua avaliação particular, “mudar o cenário de competição internacional do País”. Também presente ao lançamento, o governador Marconi Perillo sustenta que o Estado “há alguns anos, exportava para menos de 40 países e, atualmente, vende seus produtos para mais de 150”. Ele prevê que o saldo comercial do Estado feche este ano em quase US\$ 4,0 bilhões, depois de atingir US\$ 2,579

bilhões no acumulado entre janeiro e agosto deste ano, superando o superávit de US\$ 2,515 bilhões registrado nos 12 meses do ano passado. Ainda entre janeiro e agosto, de acordo com os números do MIDC, o total de empresas exportadoras em Goiás aumentou 18,1% em relação a igual período de 2015, subindo de 359 para 424 (65 empresas a mais). Mas o total de empresas que realizaram importações, na mesma comparação, caiu 8,8%, saindo

de 533 para 486 (47 empresas a menos, portanto), numa redução menos intensa do que a observada pelo valor importado em Goiás, que desabou 24,5% no período, somando US\$ 1,788 bilhão (frente a US\$ 2,368 bilhões nos oito primeiros meses do ano passado).

A Fieg, conforme lembrado por Pedro Alves, assume a coordenação do 1º Comitê Gestor do PNCE, ao lado do governo do Estado, a quem caberá a secretaria executiva do plano em Goiás. Entre outras ferramentas, as empresas enquadradas no PNCE contarão com treinamento, capacitação, consultoria para adequação de produtos e identificação de mercados. O plano será desenvolvido em cinco etapas – sensibilização, inteligência comercial, adequação de produtos e processos, promoção comercial e comercialização. Além disso, conta com três temas transversais para o direcionamento das empresas: financiamento, qualificação e gestão. ■

GANGORRA DO COMÉRCIO EXTERIOR

(Cresce número de empresas exportadoras em Goiás e total de importadoras encolhe)



Período	Empresas exportadoras	Empresas importadoras
Jan-ago 2015	359	533
Jan-ago 2016	424	486
Var. absoluta	+65	-47
Var. relativa	+18,1%	-8,8%

Fonte: Midc

SALDO RECORDE

(Balança comercial de Goiás, valores em US\$ bilhões)



Período	Exportações	Importações	Saldo
Jan-ago 2015	3,922	2,368	1,544
Jan-ago 2016	4,367	1,788	2,579

Fonte: Secex/MIDC

A energia do cavaco

■ **Florestas plantadas:** setor tende a se organizar em torno de polos de produção, formando arranjos produtivos locais

Com participação da Fieg, comitê trabalha para desenhar planejamento de longo prazo para a indústria de base florestal

A indústria goiana de base florestal poderá ganhar novo desenho nos próximos anos, com maior integração entre os segmentos da cadeia produtiva e foco mais definido na geração de energia. Pelo menos esse deverá ser o propósito central dos esforços que o Comitê Gestor de Políticas de Apoio ao Setor Florestal e Moveleiro de Goiás apenas começou a empreender. Criado pelo Decreto 8.681, de 29 de junho deste ano, numa iniciativa do Fórum de Discussão Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético, o comitê realiza nesse momento um levantamento extensivo sobre a produção florestal no Estado.

O trabalho, conduzido em parceria com o Sebrae e a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), deverá produzir uma radiografia do setor, mostrando onde estão os plantios, qual a área ocupada, a produção e sua destinação, afirma Marduk Duarte, que representa a Fieg no comitê. O mapeamento vai servir para orientar a construção de um planejamento de longo prazo para organizar, incrementar e adensar a cadeia produtiva do setor no Estado, fomentando a atividade e atraindo investimentos.

Atualmente, tem-se uma visão muito parcial da silvicultura

no Estado, observa Duarte. “A produção está muito concentrada em seringueiras e eucalipto, desprezando outras possibilidades, a exemplo do mogno africano.” Mas não é só este o problema. De acordo com Duarte, no caso do eucalipto, “planta-se em qualquer lugar, em solos de baixa qualidade, num sistema amador, sem preocupação com a integração com a indústria, com logística muito ruim, manejo inadequado e sem visão real dos custos”. Ele lembra que a variedade a ser cultivada depende do objetivo do produtor e da aplicação final da madeira.

“A variedade de eucalipto destinada à produção de cavacos, por exemplo, é diferente daquela usada para fazer carvão.” Adicionalmente, prossegue Duarte, plantios distantes mais de 150 quilômetros da indústria que vai consumir a produção são economicamente inviáveis, diante dos custos de frete. “Em resumo, faltam planejamento e visão estratégica”, reforça.

Em sua primeira reunião, ocorrida no final de setembro, o comitê iniciou as discussões sobre o tema e decidiu, além de levar adiante o mapeamento conduzido pelo Sebrae, buscar alguma forma de proteção fiscal e tributária para o produtor goiano em relação à concorrência promovida por outros Estados, a exemplo de Minas Gerais, que adota regime tributário mais favorável.

E pode faltar madeira

Nos próximos três ou quatro anos, antevê Marduk Duarte, ►

ele próprio um empresário da indústria de base florestal, deverá faltar madeira em Goiás, diante de “uma queda brutal” nos plantios há cerca de um ano e meio, refletindo, em parte, a falta de planejamento nesta área. Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a produção goiana de carvão vegetal desabou de 113,4 mil para 27,7 mil toneladas entre 2010 e 2014, enquanto a produção de lenha chegou a saltar de 1,845 milhão para pouco mais de 5,0 milhões de metros cúbicos de 2011 para 2013, recuando no ano seguinte para 4,848 milhões de m³.

O valor da produção do setor, somando os segmentos de carvão, lenha e madeira em toras, acumulou avanço nominal de praticamente 80% desde 2010, crescendo de R\$ 214,2 milhões para R\$ 385,1 milhões em 2013, mas recuou 1,2% no ano seguinte, fechando 2014 em R\$ 380,64 milhões – ainda assim, um valor quase 78% mais elevado do que no início da década



O recuo, depois do salto

(Valor da produção dos setores de silvicultura e extrativa vegetal em Goiás, em R\$ milhões*)

Ano	Valor
2010	214,19
2011	199,68
2012	243,71
2013	385,13
2014	380,64

(*) Inclui a produção carvão vegetal, lenha e madeira em toras
Fonte: IBGE



■ Seringueiras em formação: atividade concentra-se na região de Goianésia, mas pode ganhar novas áreas no médio prazo

AVANÇO PARA O NORTE E NORDESTE

Concluída a primeira fase dos trabalhos programados pelo comitê, retoma Marduk Duarte, o desafio seguinte será organizar e fortalecer a cadeia produtiva de bens florestais, criando um zoneamento agrícola e econômico, estabelecendo regras e ambiente mais adequado à expansão da indústria do setor. No médio prazo, o ideal, na visão do empresário, seria que o setor se organizasse em torno de arranjos produtivos locais, desenvolvendo polos de silvicultura integrados à indústria e ainda promovendo a mudança da matriz energética do Estado em direção a formatos mais sustentáveis.

Uma das propostas envolve o avanço

do setor em direção às regiões Norte e Nordeste do Estado, favorecendo seu desenvolvimento econômico, desconcentrando regionalmente a oferta de empregos e a geração de renda. Estrategicamente, aquelas regiões oferecem mão de obra mais barata, o custo da terra é mais baixo e mesmo a tributação é diferenciada, com alíquotas menores do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O modelo incluiria a instalação de termelétricas movidas a cavaco de eucalipto, como forma não só de descentralizar a geração, com a produção de energia renovável, mas também de investidores. “Uma termelétrica, calcula Duarte, exigirá o plantio de 25 mil hectares de eucalipto, num projeto que se consolida em oito ou



dez anos. A planta já está pronta para o corte em cinco anos, com rendimento por hectare em torno de 570 a 600 m³”

Duarte acredita que em dois anos, na média, será possível implantar o planejamento a ser desenhado pelo comitê e reestruturar a cadeia de base florestal no Estado, o que permitiria alcançar os primeiros resultados em mais cinco anos. Um dos flancos a ser explorado, lembra ele ainda, deverá ser a reinserção do mogno africano em Goiás, para a produção de madeira destinada ao setor moveleiro. “Mas esta é uma parceria exclusiva entre a Fieg e o Sindicato das Indústrias Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis). Vamos contratar um designer para desenvolver as peças e já estamos testando cortes da madeira e seu acabamento”, afirma.

Soluções para os gargalos energéticos

No final de agosto, durante a oitava reunião do Fórum de Discussão Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético, realizada na Escola de Engenharia e Computação da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi apresentado o decreto que criou o Comitê Gestor de Políticas de Apoio ao Setor Florestal e Madeireiro, coordenado pela Secretaria de

Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Agricultura Pecuária e Irrigação. Dele, participam Fieg, Faeg, Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) e Câmara Setorial de Produtos de Base Florestal do Estado de Goiás.

Presidido pelo deputado estadual Simeyzon Silveira (PSC), também presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa, o fórum foi criado em junho de 2015, quando foi aprovado projeto de lei apresentado por Silveira em março do ano anterior. Seu propósito é discutir e sugerir políticas para enfrentar os gargalos enfrentados pelo Estado no setor de energia, fomentando alternativas renováveis de geração, além de atuar na articulação entre governo, setor privado, academia e sindicatos na busca de soluções para aquelas questões.

Fazem parte do fórum representantes do Ministério Público de Goiás, da Celg Distribuição (Celg D), Companhia Celg de Participações (CelgPar), Eletrobrás, Fieg, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Faeg, Acieg, dos Conselhos Temáticos de Infraestrutura da Celg, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (Stiueg), Sindilojas, Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás. ■

■ Oitava reunião do Fórum de Discussão Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético na UFG: apresentação de decreto



A volta do Café Kremon

Sabor Brasil Alimentos relança a marca e retoma a atividade industrial, apostando em cafés gourmet e no segmento de cápsulas monodoses

O bom e agora renovado Café Kremon está de volta com estratégia de mercado mais agressiva, especialmente desenhada para explorar o segmento de cafés gourmet, envolvendo ainda a produção de condimentos, aperitivos e temperos. A Sabor Brasil Alimentos, empresa dona da marca, está investindo nas cápsulas de café torrado e moído, compatíveis com o sistema Nespresso, “de olho no momento atual, quando consumidores buscam novidades e praticidade”, explica Jaques Jamil Silvério, seu diretor.

As atividades industriais da empresa, interrompidas na segunda metade dos anos 1990, foram retomadas a todo vapor no início deste ano, quando a Sabor Brasil passou a incluir em seu portfólio o sistema de monodoses, que vem ocupando o espaço antes dominado pelos sistemas de preparo mais tradicionais da bebida. “A praticidade das monodoses, o design moderno das máquinas e a variedade de sabores e aromas dos cafés ofertados são as razões que nos levaram a acreditar que esse segmento tem grande potencial de crescimento e alternativa de negócios”, comenta Silvério.

Ainda conforme o empresário, pesquisas recentes realizadas pela Euromonitor International, provedora global de inteligência estratégica de mercado, contratada pela Associação Brasileira da Indústria de



■ **Jaques Silvério:** “As cápsulas são as estrelas do consumo dentro do lar e esse mercado tende a mais que dobrar até 2019”

Café (Abic), mostram que as cápsulas “são as estrelas do consumo dentro do lar e que esse mercado tende a mais que dobrar até 2019”. Em valor, o segmento deverá saltar de alguma coisa em torno de R\$ 1,0 bilhão no ano passado para R\$ 2,9 bilhões em 2019, nas projeções da Abic.

Instalada atualmente em Nerópolis, numa área total de 20 mil m² e ocupando 500 m² de área construída, a planta da Sabor Brasil Alimentos gera empregos para 15 pessoas nessa nova fase. A expectativa para este ano, aponta Silvério, é de crescimento apenas moderado, já que, pondera ele, “apesar da crise, o consumo de café continua crescendo no País”.

A Sabor Alimentos Brasil-Café Kremon surgiu há pouco mais de quatro décadas em Goiânia, criada em 1974 pelo empresário Jamilo Silvério, com atuação no ramo de torrefação e moagem de café. Inicialmente, relembra Jaques Silvério, filho de Jamilo, a empresa ocupava um pequeno galpão alugado no Setor Vila Nova, de 300 m², com capacidade inicial de 10 toneladas por mês e seis empregados. Em 1980, a empresa ganhou sede própria, já no Setor Santa Genoveva, ampliando sua área construída para 1,2 mil m² e iniciando

do na mesma época o beneficiamento e a comercialização de cafés verdes, abrindo filiais para beneficiar o grão em Goianira, Inhumas e Nerópolis.

Cinco anos depois, já com meia centena de empregados, a empresa chegou a instalar um escritório de compra, venda e exportação de cafés verdes em Santos (SP), operando com grãos produzidos e beneficiados em Goiás, tornando-se líder na compra de café beneficiado no Estado.

Nos anos seguintes, fortes oscilações no mercado cafeeiro mundial, planos econômicos controversos e “principalmente mudanças climáticas” forçaram a empresa a encerrar o beneficiamento em 1995. Três anos mais tarde, com a saída de seu fundador em função de problemas de saúde, a Sabor Brasil paralisou também a torrefação e moagem e centrou sua atividade apenas no agronegócio.

Mas, lembra Jaques Silvério, o desejo de remontar a planta industrial não foi abandonado. O empresário, à frente do negócio desde o afastamento do pai, continuou recolhendo as taxas devidas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) para assegurar o uso e registro da marca Kremon, agora retomada. ■

Móveis Pimentel ensaia expansão

Depois de incorporar novas máquinas e novos equipamentos, empresa espera que mercado retome crescimento para levar à frente seus planos de expansão

Há mais de duas décadas no mercado, a goianiense Móveis Pimentel pode ganhar novo endereço, a depender da cuidadosa avaliação do seu dono e criador, o empresário Enoque Pimentel. A decisão ainda não está tomada, mas os estudos continuam, assim como os planos para uma futura expansão, que serão deslançados se o mercado de fato conseguir manter a reação esboçada nos últimos dois meses e consolidar tendência de crescimento mais firme no próximo ano.

Desde 1993, quando foi criada por Enoque, a indústria está instalada ao lado da residência da família Pimentel, no Jardim Mariliza, próximo ao Alphaville, em Goiânia, onde fabrica móveis sob medida, sobretudo armários para quartos, cozinhas residenciais e consultórios médicos. “Aqui tenho controle total do negócio, com a vantagem de não pagar aluguel. Mas estou pensando em um espaço mais adequado para a empresa”, afirma o empresário.

Com oito empregados neste momento, a microempresa é tocada por Enoque, a mulher e suas duas filhas, formadas, respectivamente, em administração e gestão comercial, com pós-graduação em design e marketing. “A mais velha trabalha com vendas e projetos e ajuda na administração, que divide com a mais moça, responsável ainda pela parte de finanças”, detalha ele.

Os planos de profissionalização ainda não decolaram, conta Enoque, por conta

da grande instabilidade do mercado de movelaria e pela dificuldade de conseguir mão de obra de extrema confiança. “Dependendo do projeto, trabalhamos muitas vezes dentro da casa do cliente”, ressalta ele. A cada dia, prossegue, a empresa está diante de um desafio e de um projeto diferente, o que exige capacidade de adaptação e agilidade no planejamento para atender encomendas de Goiânia, Brasília e Caldas Novas, entre outros mercados.

Há dois ou três anos, cita Enoque, a Móveis Pimentel participou do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi), desenvolvido em parceria entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Os novos processos e rotinas foram implantados em mais ou

menos 12 meses, o que melhorou na organização, com ganhos na área de produção e na produtividade. “Investimos numa seccionadeira nova, em uma coladeira de borda e numa furadeira múltipla, o que permitiu aumentar a produção em alguma coisa próxima a 25%”, reconta Enoque.

No ano passado, os negócios caminharam bem, com “bastante encomenda”, diz o empresário. “Foi um ano ótimo. Mas, neste ano, o movimento caiu muito e só temos conseguido cobrir as despesas. Houve um momento em que pensamos em dispensar funcionários”. Nos últimos dois meses, prossegue Enoque, já foi possível perceber alguma reação, ainda bastante tímida. “Clientes a quem tínhamos entregue orçamentos há um ano voltaram a fazer pedidos. Parece que ganharam confiança”, afirma. ■



■ **Enoque Pimentel:** depois de participar do Procompi, empresa conseguiu aumentar a produção em quase 25%



■ Grande família: Hélio Naves (centro), rodeado por filhos, nora, genro, netos e bisnetas

HÉLIO NAVES, 90 anos

O Professor da Indústria

Dehovan Lima

“Meninas bonitas, rapazes elegantes!”. Quem convive na Fieg, seja empresário em busca de diversas soluções e serviços que a entidade oferece, seja colaborador do Sistema – integrado ainda por Sesi, Senai, IEL e ICQ Brasil –, certamente já ouviu inúmeras vezes esse simpático e indefectível bordão.

Seu autor é o renomado Professor Hélio Naves, referência na indústria goiana,

no sindicalismo empresarial e na educação, sobretudo na educação profissional, diretor da Fieg e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), fundador e atual presidente do Simelgo, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos do Estado de Goiás, um dos 36 que integram o Sistema Fieg.

Ao completar 90 anos, dia 18 de setembro, o mineiro de Monte Carmelo

e goiano “por opção e gratidão” ganhou homenagem, marcada por forte emoção, em festa comemorativa no Sesi Clube Ferreira Pacheco, rodeado por familiares, amigos e diretores do Sistema Fieg e do Simelgo. Paporicado pela mulher, Nilda de Sá, filhos, netos e bisnetos, ele foi ainda saudado pelo ex-presidente da Fieg e atualmente vice-presidente da CNI, Paulo Afonso Ferreira. ■

“Comemorar 90 anos é um pouquinho mais do que 90 dias. Vocês, seus filhos, netos e bisnetos já estão todos convidados para comemorarmos, juntos, os cem anos, que se aproximam.”

HÉLIO NAVES, ao lado da esposa Nilda de Sá, sobre completar 90 anos

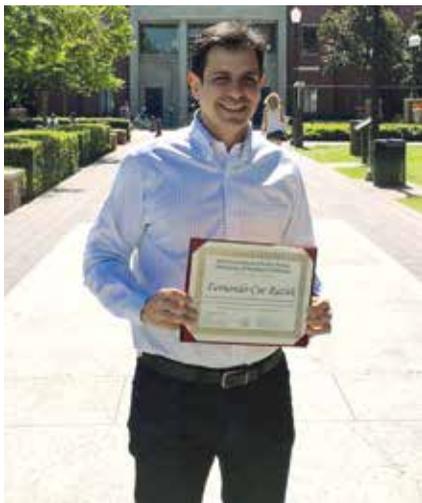


■ IEL ANÁPOLIS DE CASA NOVA /

Com 33 anos em funcionamento, a unidade do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Anápolis) foi reinaugurada em setembro, após ampla reforma. A localização é a mesma, no prédio da Faculdade Senai Roberto Mange, porém com entrada independente. Na reinauguração, presença de Degmar Pereira, superintendente regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás; Wilmar Jardim de Carvalho, (CDL Anápolis); Fernando Nunes, gerente da unidade do IEL; Antônio Almeida, presidente em exercício da Fieg; Humberto Oliveira, superintendente do IEL Goiás; Darlan Neiva (Fieg Anápolis); Paulo Vargas (Sesi/Senai); Hélio Naves, diretor do IEL; Aroldo Nogueira (Senai Anápolis); e George Gustavo (Sebrae Anápolis).



■ **IMERSÃO /** O diretor de Incorporação da EBM Desenvolvimento Imobiliário, Fernando Razuk, acaba de voltar de temporada de estudos nos Estados Unidos, onde esteve em um curso de imersão em desenvolvimento imobiliário na University of Southern California. O curso, intitulado *Real Estate Trends and Issues in the United States: Implications for Brazil*, é um programa de educação executiva, ligado ao MBA executivo em gestão de negócios de incorporação e construção imobiliária, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



■ **RECONHECIMENTO /** Diretor regional do Senai e superintendente do Sesi Goiás, Paulo Vargas foi homenageado pela Assembleia Legislativa, durante sessão especial em reconhecimento aos administradores do Estado, dia 5 de setembro. Na foto, entre o deputado Marquinho Palmerston (direita), autor da proposta, e o presidente do Conselho Regional de Administração de Goiás, Samuel Albernaz, ele exhibe certificado concedido pelo Parlamento goiano, alusivo ao Dia do Administrador (9 de setembro)

■ **EBM, 35 ANOS (1)** / A EBM Desenvolvimento Imobiliário, presidida por Elbio Moreira (foto), comemora 35 anos no mercado com expectativa de crescimento e foco na interiorização não apenas em Goiás, mas também retomando sua atuação no interior de São Paulo. Em sua trajetória, a EBM tem mais de 2,2 milhões de m² construídos e mais de 155 empreendimentos entregues em Goiás, São Paulo, Minas Gerais, na Bahia e no Distrito Federal. Com foco no crescimento sustentável, a EBM acumula diversos prêmios, a exemplo do Great Place To Work (quatro vezes), por estar entre as melhores empresas para se trabalhar no Centro-Oeste, do Pop List (oito vezes), por ser a mais lembrada entre as empresas do segmento em Goiânia, e já figurou diversas vezes no Ranking ITC, que mostra as cem maiores construtoras do Brasil.



■ **EBM, 35 ANOS (2)** / Em iniciativa voltada para a sustentabilidade ambiental, a EBM Desenvolvimento Imobiliário criou o Programa de Consumo Responsável da Madeira, consciente de que a construção civil é um dos setores que mais utiliza esse recurso natural. Em três anos, o consumo de madeira pela EBM teve redução de 77,15%, de 3.216 m³ em 2012 para 735 m³ em 2015. “Para amenizar os danos ao meio ambiente, adotamos medidas para maior reaproveitamento de madeira nos canteiros de obras, separação dos diferentes tipos de resíduos e o consumo de madeira certificada”, conta Larissa Dantas (foto), representante da direção do setor de qualidade da EBM.



■ **ARQUIBANCADA** / Na torcida dos Jogos Internos da Aesfieg (Associação dos Empregados do Sistema Fieg), Paulo Vargas (Sesi/Senai), Wellington Cortes Sobrinho, gerente do Sesi Ferreira Pacheco, Cláudio Cavalcante de Souza, presidente da Aesfieg, José de Oliveira, presidente do Senalba, e Nilza Divina Rodrigues de Oliveira. A competição, em várias modalidades esportivas, mobilizou funcionários do Sistema Fieg de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Goiânia, Itumbiara e Rio Verde.



■ **ANIVERSÁRIO** / Ao comemorar 10 anos, a Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia, no Norte do Estado, homenageou parceiros de sua implantação. Na foto, da esquerda para a direita, o diretor da unidade, Thiago Vieira Ferri; Sebastião Elias Barbosa, ex-gerente da Anglo American; Marcos Silveira, gerente geral da CBA Votorantim; Misclay Marjorie, primeira diretora da unidade; Paulo Vargas (Sesi/Senai); Antônio Elias Fardin, gerente florestal da Anglo American; Luis Teixeira, prefeito de Niquelândia, e Wilton Guimarães, vice-prefeito.

Josemar Callefi



■ **CANTA CERRADO** / Na entrega dos prêmios do Festival Canta Cerrado, promoção do Sesi em parceria com a TV Anhanguera, os vencedores na categoria Trabalhador da Indústria/Interpretação Maurício Diniz (Correios), Genilton Luiz (Cosmed) e Darlene Borges (Saneago), ao lado de Teco Faleiros (diretor do Teatro Sesi), Dalmir Reis (TV Anhanguera), William Gláucio (líder da Banda Sesi) e Carlos Brandão (presidente do júri e premiação).



Nelson Pacheco

■ **FOODPARK** / Ao lado de Marcela Cunha, o engenheiro Rafael Naves (Engec Construtora) inaugurou, dia 7 de outubro, o point gastronômico Sabores Food Park, no Setor Bueno, em Goiânia. Num terreno que estava abandonado, ele projetou estrutura que vai reunir diariamente food trucks, food bikes e containers, com iguarias exclusivas. Uma das vedetes é o Napolitano de Frutas, da empresária Hellen Xinayda, pioneira no segmento paletteria, que abriu sua indústria há quatro anos, no Setor Urias Magalhães. A Encanto Picolé Artesanais se despontou com seus produtos feitos de ingredientes selecionados, totalmente artesanais, consumidos também em cidades como Anápolis, Senador Canedo e Trindade.

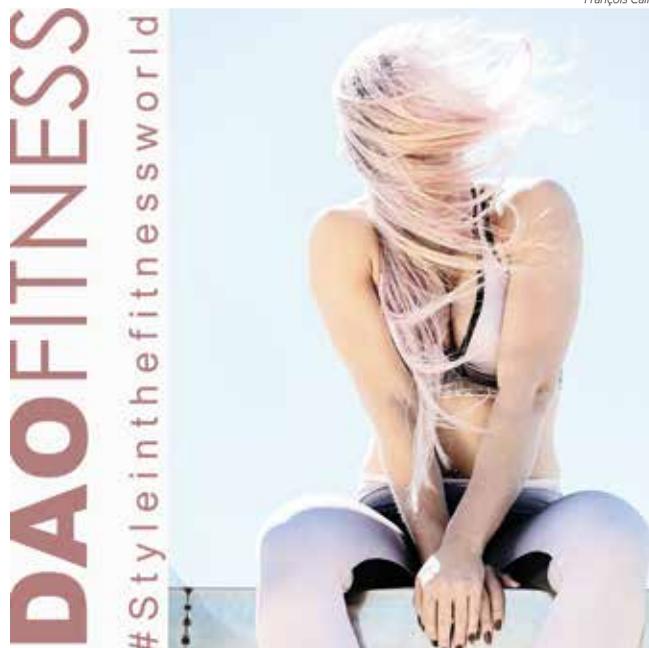
■ **MODELOS POR UM DIA** / Dairdes Darrot, a filha Lorena Darrot e os netos Sofia e Gustavo desfilam em passarela montada no chão de fábrica da Jean Darrot, em Trindade. O evento de moda, de lançamento da coleção primavera verão, contou na plateia com funcionários, que interromperam suas atividades no horário do almoço, além de convidados. O jeans continua carro-chefe da grife, que também incorporou renda e alfaiataria em suas novas peças de vestuário.



Nelson Pacheco



■ **COSMÉTICOS** / Ao lado de seus pais, Ruth e César Sebba, o empresário Igor Sebba lançou a Piatan Natural, empresa de cosméticos naturais e sustentáveis, em almoço no Restaurante Contemporane, em Goiânia, no final de setembro. O empreendimento surge com o diferencial de oferecer venda direta, segmento que cresceu 3,6% no ano passado e ultrapassou a marca de 4,6 milhões de pessoas, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (Abevd).



François Calil

■ **MODA ARTE** / Dauglacy Calixto, proprietária da DAOfitness, estilista no campo de moda praia há mais de 15 anos, comemora sucesso de sua indústria, em Trindade. Ela mantém a marca registrada ao longo da trajetória profissional: inspiração nas artes em todas suas vertentes. No início do mês, em seu showroom no Setor Bueno, ela apresentou nova coleção de peças de sua confecção de moda fitness, que reúne trabalhos autorais de designers locais. Entre eles, Tatiana Potrich, expôs no lançamento sua mais nova criação: o colar Iracema.



■ **EM BUSCA DE INVESTIMENTOS** / O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e o governador Marconi Perillo (primeira fila), os presidentes do Sindifargo, Heribaldo Egídio, e do Sindicel, Célio Eustáquio de Moura (atrás), participam do seminário Oportunidades de Investimento, Comércio e Inovação entre Goiás e Ontário, em Toronto, no Canadá. A missão comercial, em setembro, incluiu também os Estados Unidos, visando atrair novos investimentos para o Estado.

SINDIREPA

DIRETORIA TOMA POSSE EM DEZEMBRO / A nova diretoria do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa) foi escolhida em eleição realizada no dia 13 de setembro e vai comandar a entidade entre 2016 e 2019. A cerimônia de posse será realizada no dia 1º de dezembro e a presidência será assumida pelo empresário Alyson José Nogueira. Na foto, da esquerda para a direita, Ailton Aires Mesquita, Silvio Inácio da Silva, Murilo Sérgio Oliveira, Raul Cezar de Souza, Alyson José Nogueira e José Eduardo de Andrade, superintendente da Fieg.

**SIFAEG/SIFAÇUCAR**

MISSÃO À ÁSIA – 1 / “Temos uma grande oportunidade de estreitar parcerias com vários países da Ásia para fornecimento de tecnologia, variedades de cana, colheitadeiras e também chances reais de negócios para a indústria de base brasileira e, sobretudo, o desenvolvimento de um programa de etanol, que ajudará o biocombustível a ser uma commodity global, viabilizando inclusive sua exportação”. A avaliação é de André Rocha (foto), presidente executivo dos sindicatos da Indústria de Fabricação de Etanol e da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (Sifaeg/Sifaçucar) e do Fórum Nacional Sucreenergético, após participar da mais recente missão do governo federal à Ásia. A comitiva, liderada pelo ministro da Agricultura Blairo Maggi, tendo representantes de cerca de 40 empresas e entidades do agronegócio, visitou sete países – China, Índia, Vietnã, Coreia do Sul, Myanmar, Tailândia e Malásia



Silvio Simões

MISSÃO À ÁSIA – 2 / O objetivo da missão foi buscar oportunidades para ampliar o comércio e a cooperação com aqueles países asiáticos nos diversos setores do agronegócio brasileiro. “Há um grande interesse indiano na mistura do etanol na gasolina. O país, maior consumidor de açúcar no mundo, importa muita gasolina e isso pesa na balança comercial. São 715 usinas e 40 milhões de fornecedores de cana, sendo que o país é o segundo produtor de cana e segundo produtor de açúcar”, comenta Rocha. A mistura de 10% de etanol na gasolina na Índia, com possibilidade de aumentar para 20%, deverá abrir grande oportunidade de exportação do etanol brasileiro, acredita ele.

SIMELGO

HONRA AO MÉRITO / Em noite de emoção e homenagens, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) promoveu a entrega da Medalha de Honra ao Mérito Ministro José Aquino Porto, em sua 10ª edição, numa homenagem a personalidades que contribuem para o desenvolvimento industrial goiano. A cerimônia foi realizada no Auditório Daniel Viana, na Casa da Indústria, no dia 16 de setembro, e a comenda, entregue a Alexandre Luis Costa Rodrigues, CEO da empresa PCTel; Igor Montenegro Celestino Otto, diretor-superintendente do Sebrae; Jefferson Bueno, proprietário da JB Empreendimentos Imobiliários e Fazenda Barreiro; Luciana Miranda Pereira Gomes e Vilaça Tiago, secretária executiva da Fieg, e Otávio Lage de Siqueira Filho, diretor-presidente da Jalles Machado (foto).



Silvio Simões

ELEIÇÕES / Em novembro, o Simelgo realiza eleição da nova diretoria. Apenas a chapa União se inscreveu, tendo o professor Hélio Nunes como presidente e André Luiz como vice para o próximo triênio 2017-2019. O atual mandato termina em 31 de dezembro de 2016.

SICMA

CONSTRUÇÃO SOCIAL / O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) realizou, em agosto, o Dia Nacional da Construção Social (DNCS). Promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio do Fórum de Ação Social, em parceria com o Sesi Nacional, o evento ocorreu de forma simultânea em 32 localidades brasileiras. Anápolis foi a única cidade goiana a sediar a iniciativa, sob a coordenação do Sicma. Durante todo o dia, nas dependências do Sesi Jaiara, trabalhadores da construção, seus dependentes e pessoas da comunidade puderam usufruir de extensa programação esportiva, cultural e de lazer. O presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, destacou que, pela terceira vez, o Sicma realiza o Dia Nacional da Construção Social e que a expectativa é cada vez mais trabalhar para melhorar o evento.

CONCRETE SHOW SOUTH AMERICA / O Sicma participou do Concrete Show South America, considerado um dos mais importantes eventos de integração da construção civil mundial, sendo o maior na América Latina e segundo maior do mundo nesse segmento. A entidade foi representada pelo diretor Luiz Antônio Oliveira Rosa e Darlan Neiva Siqueira, do Sistema Fieg (foto). Celebrando a edição comemorativa de dez anos, o Concrete Show South America reuniu empresários e lideranças empresariais do Brasil e do exterior, trazendo para o evento as principais novidades tecnológicas do setor.





FIEG ANÁPOLIS

FÓRUM EMPRESARIAL / Em reunião com membros do Fórum Empresarial de Anápolis (foto), ocorrida no começo de setembro, o governador Marconi Perillo recebeu das lideranças do setor produtivo reivindicação para que parte da área destinada à implantação da Plataforma Logística Multimodal seja utilizada para abrigar novos investimentos industriais. Os empresários Wilson de Oliveira, Álvaro Otávio Dantas Maia e Marçal Henrique Soares estiveram presentes ao encontro representando, respectivamente, a Fieg Regional Anápolis, os sindicatos das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) e das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo). Na ocasião, Perillo destacou que se trata de um pleito pertinente e que repassaria a proposta à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que deverá estudar sua viabilidade.

FORTELECIMENTO SINDICAL / A Fieg Regional Anápolis busca viabilizar sua nova sede, para que os seis sindicatos patronais tenham espaço mais adequado para desenvolver e ampliar suas ações. O assunto foi tratado na reunião ocorrida em agosto. Participaram dela os presidentes Wilson de Oliveira, da Fieg Regional e do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos); Anastácios Apostolos Dagios, do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma); Robson Peixoto, do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea); Jair Rizzi, do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva); Laerte Simão, do Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO); e Heribaldo Egídio e Marçal Soares, do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo).

PARCERIA ELÉTRICA / Representante da Fieg no Conselho de Consumidores de Energia Elétrica (Concelg), o qual preside, Wilson de Oliveira participou, em Mato Grosso do Sul, da inauguração da Subestação Campo Grande 2, resultado de uma parceria público-privada envolvendo a CEL Engenharia, do empresário Célio Oliveira, e a Ceg Geração e Transmissão. O evento reuniu três governadores de Estado – o anfitrião, Reinaldo Azambuja, Marconi Perillo, de Goiás, e Confúcio Moura, de Rondônia.

DESAFIOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS

/ O empresário Wilson de Oliveira, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), participou, em Brasília, no final de agosto, do seminário Fundos Constitucionais: Desafio ao Fomento do Desenvolvimento Regional. O evento foi uma iniciativa da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra), presidida pelo deputado goiano Marcos Abrão (PPS). A queda nas contratações de recursos daqueles fundos foi um dos temas tratados no encontro.

CONTRATAÇÕES EM QUEDA

/ Segundo Oliveira, no caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a previsão de aporte para este ano é de em torno de R\$ 6 bilhões, mas até o momento foram contratados pouco mais de R\$ 2 bilhões. Em função desse cenário, disse, a Fieg defende redução dos juros e aumento nos prazos dos financiamentos, além da eliminação de entraves burocráticos para acesso aos recursos e maiores facilidades para pequenas e médias empresas.



Divulgação/Abitrigo

SINDTRIGO

CONGRESSO INTERNACIONAL / Sérgio Scodro, presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste (Sindtrigo), e os diretores André Lavor e Murilo Cunha participaram em Campinas, São Paulo, entre 16 e 18 de outubro, da Convenção Nacional da Abitrigo, associação que reúne os moinhos de trigo do Brasil, e do 23º Congresso Internacional do Trigo, com o tema Novo Jogo, Novas Regras. Um dos principais eventos da cadeia do setor no País, o congresso reuniu perto de 500 participantes, de vários países, entre produtores de trigo, dirigentes de moinhos, da panificação, das indústrias dos derivados, representantes do governo e de entidades ligadas ao agronegócio. Paralelamente, foi também realizada a Feira de Negócios, com apresentação e oferta de novos produtos, máquinas, equipamentos, sistemas e tecnologias de ponta.

SINDIFARGO

ALMOÇO COM O PRESIDENTE DA ANVISA /

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) recebeu em setembro, em um almoço (foto), o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jarbas Barbosa. O presidente do Sindifargo, Heribaldo Egídio, abriu a reunião falando sobre a importância e a pujança da indústria farmacêutica de Goiás que hoje, conforme disse, é o segundo maior polo do País, atrás apenas de São Paulo. O presidente executivo, Marçal Soares, acrescentou que, por conta desse potencial, faz-se necessário entrosamento harmônico da indústria com o órgão regulador. “Temos um objetivo comum que é tornar os medicamentos cada vez mais acessíveis à população e com o padrão de qualidade comparado ao que temos de mais avançado no mundo”, ressaltou Barbosa.



PRODUTIVIDADE E INDÚSTRIA 4.0 / Em agosto, no auditório Professor Hélio Naves, na Casa da Indústria, em Goiânia, foi realizada a palestra Produtividade e Indústria 4.0. O evento, organizado pelo Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) e pela Câmara Setorial de Medicamentos do Estado de Goiás, reuniu mais de 50 participantes representando diversos setores da indústria goiana, do Sistema Fieg, da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Superintendência de Vigilância em Saúde (Suvisa). Na ocasião, o presidente do Sindifargo, Heribaldo Egídio (foto), destacou a importância da inovação para o setor farmacêutico, como ferramenta indispensável de competitividade.

SUA SIPAT FICA MELHOR COM O SESI

Todas as soluções de que sua
empresa precisa em um só lugar.

Incríveis Palestras Show e Stand Ups



Teatros



Aulão motivacional



Odontologia móvel



Minicursos



Espaço Zen



Palestras

Leve Inovação em segurança para sua empresa.

Alguns de nossos temas:

- DST e AIDS • Diabetes, Colesterol e Hipertensão • Tabagismo e Alcoolismo • Drogas
- Dengue, Zika e Chikungunha • EPI e Prevenção de Acidentes • Ergonomia, LER e Dort
- Higiene Pessoal • Saúde Bucal • Meio Ambiente • Gerenciamento 5S
- Qualidade de Vida • Segurança no Trânsito • Combate a Incêndios

Informações:

Goiânia: 4002 6213 | Demais Localidades: 0800 642 1313



SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Sílvio Inácio da Silva
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana
Fone: (62) 3223-2050

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPAO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone: (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Nunes
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jaime Canedo
Fone: (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Otávio Lage de Siqueira Filho
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Otávio Lage de Siqueira Filho
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: José Nivaldo de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
sicma@sistemafieg.org.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA SENAI.

Atualize sua equipe e aumente a competitividade da sua empresa.

O Senai tem a melhor educação profissional do mundo e o maior portfólio de cursos a distância.

 5 cursos técnicos.

 16 cursos de qualificação.

 Cursos customizados para sua empresa.

 Menor impacto na rotina de trabalho.

 Aumento nos índices de competitividade da empresa.

downloading...

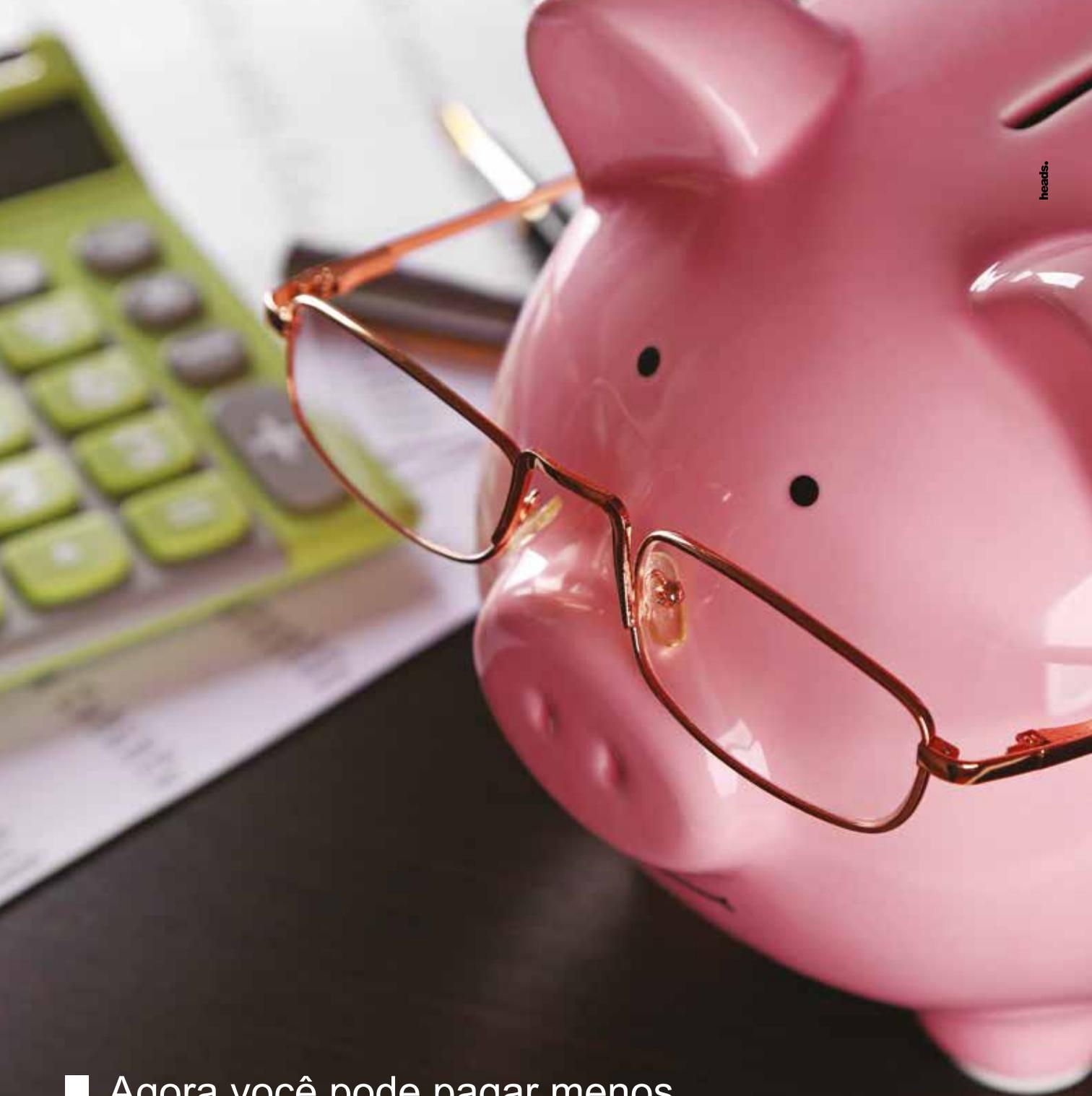
www.senaigo.com.br

Goiânia - 4002-6213

Demais localidades - 0800 6421313

FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICO BRASIL

FIEG SENAI



heads.

Agora você pode pagar menos pela energia da sua empresa.

Se a demanda contratada de sua empresa for igual ou superior a 0,5 MW, você tem a oportunidade de reduzir os custos com o fornecimento de energia. Esse é o mercado livre de energia e a **Enel**, uma empresa sólida que já atua no país há quase duas décadas e um dos maiores players do setor em todo o mundo, pode ajudar você.

Para saber mais sobre o mercado livre de energia, conte com a Enel.

www.enel.com.br/mercadolivre

